



Centro Universitário de Caratinga - UNEC
Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Sustentabilidade
Mestrado Profissionalizante

**ANÁLISE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
EVANGELISTA-MG.**

CELMA DE CÁSSIA ROCHA MELO

Dissertação apresentada ao Centro Universitário de Caratinga, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Sustentabilidade para obtenção do Título de Mestre.

Caratinga – Minas Gerais – Brasil
Setembro de 2006

CELMA DE CÁSSIA ROCHA MELO

**ANÁLISE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
EVANGELISTA-MG.**

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Caratinga, como parte
das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Meio Ambiente e
Sustentabilidade para obtenção do
Título de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

Prof^a Ph.D.Nora Presno Amodeo
(Orientadora)

Prof^a. Ph.D.Pierina German Castelli

Prof: Ph.D. Jorge Luis Góes Pereira

Prof. D. Sc. Gilberto Paixão Rosado

Aos meus pais, Henrique e Lia, e minha irmã Célia, que sempre me apoiaram e são pessoas especiais que Deus colocou em minha vida.

Ao meu esposo Alair e minha filha Lara, que sempre me apoiaram, nos momentos das conquistas e frustrações e, especialmente, durante as longas ausências.

A todos aqueles que são privados de uma alimentação digna e que vivem a espera silenciosa por uma realidade melhor.

“No final, vamos conservar apenas aquilo que amamos e amar apenas aquilo
que compreendemos”.
Baba Dioum (Ecologista Africano)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por acreditar que somente através da fé somos capazes de realizar nossos objetivos.

À Prof^a. Dr^a. Nora e ao Prof^o. Dr. Jorge pela atenção, pelos conhecimentos compartilhados, pelo envolvimento no trabalho e pelo carinho dedicado a esta dissertação.

Aos meus familiares que foram essenciais para que eu pudesse realizar este trabalho.

Ao meu cunhado Aurélio e minha irmã Célia que muito me auxiliaram na realização da pesquisa.

Aos amigos de estrada, Edmar, Nildimar e Sidilene que mais do que companheiros, foram amigos durante esta jornada.

À direção da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG por ter contribuído para que eu pudesse concretizar este sonho.

A todos servidores e alunos da EAFSJE pelos momentos de colaboração.

À Prefeitura Municipal de São João Evangelista, à Secretaria Municipal de Educação e à Direção e funcionários das escolas integrantes da pesquisa, pelo consentimento à realização desta pesquisa.

A Secretária de Educação D. Nilza e ao Técnico Aderli que foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

A aluna Elizabeth de Souza pela colaboração durante o trabalho de campo.

Aos alunos das escolas municipais, pelo carinho e amor demonstrado durante a pesquisa.

As minhas colegas professoras do curso Técnico em Alimentação pelo apoio e estímulo no decorrer da pesquisa.

Em especial, a todos os produtores rurais que tão gentilmente participaram das entrevistas e por quem eu tenho grande admiração.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

Celma de Cássia Rocha Melo, filha de Henrique Moreira da Rocha e Maria Terezinha da Conceição Rocha, nasceu em Belo Horizonte – Minas Gerais, em 07 de janeiro de 1970.

Formou-se em Técnico em Economia Doméstica e Magistério em 1987. Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no ano de 1991.

Especializou-se em Nutrição Humana e Saúde pela Universidade Federal de Lavras e em Didática de Ensino pela Faculdade Clarentianas em São Paulo.

Em 1992 foi aprovada em concurso público e leciona na Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista no Curso Técnico em Alimentação.

Além de lecionar, desenvolve projetos de pesquisa e extensão para a comunidade e atua como instrutora do SENAR-MG.

Em 2004, ingressou no Programa de Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente na UNEC, submetendo-se a defesa da dissertação em setembro de 2006.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Preferência dos alunos em relação aos alimentos servidos nas escolas	42
TABELA 2 – Nível de preferência por determinados alimentos na EMPAP	48
TABELA 3 – Preferências por determinados tipos de alimentos que os alunos gostariam que fossem servidos na EAMC	50
TABELA 4 - Preferências por determinados tipos de alimentos que os alunos gostariam que fossem servidos na EJG.....	52
TABELA 5 – Distribuição das famílias entre escolas de acordo com a renda familiar	53
TABELA 6 – Principais produtos e quantidades produzidas no município.....	66
TABELA 7 – Principais produtos agrossilvopastoris e respectivas produções do município	66
TABELA 8 – Relação das produções dos produtores entrevistados.....	69

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

FIGURA 1- Localização de São João Evangelista-MG	36
FIGURA 2 - Distribuição dos alunos entrevistados por série e sexo.....	41
FIGURA 3 – Avaliação da merenda escolar pelos alunos – EMPAP.....	44
FIGURA 4 - Avaliação da merenda escolar pelos alunos – EMAMC.....	44
FIGURA 5 - Avaliação da merenda escolar pelos alunos – EJJ	45
FIGURA 6 – Avaliação das respostas obtidas na FIGURA 3 – EMPAP.	46
FIGURA 7 – Avaliação das respostas obtidas na FIGURA 3 – EMAMC.....	46
FIGURA 8 - Avaliação das respostas obtidas na FIGURA 3 – EJJ.....	47
FIGURA 9 – Avaliação da importância da alimentação para os alunos – EMPAP	54
FIGURA 10 - Avaliação da importância da alimentação para os alunos – EMAMC	56
FIGURA 11 - Avaliação da importância da alimentação para os alunos – EJJ58	
FIGURA 12 – Avaliação da importância da pesquisa pelos servidores.	65

LISTA DE ABREVIATURAS, NOMENCLATURAS E SÍMBOLOS

APIS: Associação de Apicultores de São João Evangelista

APPCC: Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle

CAE: Conselho de Alimentação Escolar

CEASA-BH: Central de Abastecimento de Belo Horizonte

CNAE: Comissão Nacional de Alimentos

CME: Campanha Nacional de Merenda Escolar

EAFSJE-MG: Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista de Minas Gerais

EAMC: Escola Antônio Medina Cardoso

ECO-92: Conferência sobre Meio Ambiente ocorrida no Rio de Janeiro em 1992

EJG: Escola José Guimarães

EMATER-MG: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

EMPAP: Escola Municipal Prefeito Alberto Pimenta

FAE: Fundação de Assistência ao Estudante

FAO : Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNDE : Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INAN: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPH: Índice de Pobreza Humana

MEC: Ministério da Educação

MDS: Movimento de Desenvolvimento Sustentável

ONU: Organização das Nações Unidas

Paal :Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAE: Programa de Alimentação Escolar

PIB: Produto Interno Bruto

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

SBAN: Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR-MG: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais

SIM: Serviço de Inspeção Municipal

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

MELO, Celma de Cássia Rocha. M.S. Centro Universitário de Caratinga-MG, setembro de 2006. **ANÁLISE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA-MG.** Professora Orientadora: Prof^a Ph.D. Nora Presno Amodeo, Co-orientador: Prof: Ph. D. Jorge Luis Góes Pereira

A pesquisa foi realizada nas Escolas Municipais de São João Evangelista, tendo por objetivo analisar o Programa de Alimentação Escolar, observando se o cardápio é regionalizado e se oferece mercado para o pequeno produtor rural, numa proposta de sustentabilidade. Esta pesquisa é do tipo descritiva, exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa. A amostra investigada constituiu-se por sorteio. Foram levantados os dados através da observação participante, questionários e entrevistas. Os dados revelaram uma gestão participativa em que as crianças avaliaram positivamente a merenda, os funcionários reconheceram a importância de uma alimentação que preconize hábitos saudáveis e regionalizados, além de contemplar a diversidade de alimentos regionais existentes, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens escolares. Quanto à possibilidade de inserção do pequeno produtor rural no mercado da merenda escolar, constatou-se que existe grande possibilidade, uma vez que as ações poderão ocorrer dentro dos aspectos legais do sistema de compras e dentro de uma política de desenvolvimento local. Conclui-se que uma proposta que articule o desenvolvimento local, com a participação do Programa de Alimentação

Escolar, é perfeitamente viável dentro do município de São João Evangelista – Minas Gerais.

Palavras chaves: Alimentação Escolar, Sustentabilidade, Segurança Alimentar.

ABSTRACT

MELO, Celma de Cássia Rocha, MSc. University Center of Caratinga-MG, September 2006. **ANALYSIS OF THE SCHOOL ALIMENTATION OF THE MUNICIPAL DISTRICT OF SÃO JOÃO EVANGELISTA-MG.** Adviser: Prof^a Ph.D. Nora Presno Amodeo,; Committee Member: Prof: Ph. D. Jorge Luis Góes Pereira

The research was accomplished at Municipal Schools of São João Evangelista, having for objective analyze the Program of School Alimentation, observing if the menu is regionalizing and offers market for the small rural producer, in a sustainable proposal. This research belongs to the descriptive, exploratory kind with qualitative and quantitative approach. The investigated sample it constituted for draw. They were lifted the data through the participating observation, questionnaires and interviews. The data revealed an administration active participation in which the children evaluated positively the snack, the employees recognized the importance of an alimentation that praises healthy habits and regionalizing, besides contemplating the diversity of existing regional food, could contribute for the improvement of life quality of the children and school young people. regarding the insert possibility of the small rural producer in the market of the school snack, it verified that there is great possibility, once that the actions will be able to occur inside the legal aspects of the purchases system and inside a policy of local development. It concludes that the proposal of local development, with the participation of the Program of

School Alimentation is perfectly viable inside the municipal district of São João Evangelista - Minas Gerais .

Key Words: School Alimentation, Sustenable, Security Feed.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE FIGURAS E MAPAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS, NOMENCLATURAS E SÍMBOLOS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	1
Origem do Trabalho	1
Objetivos	2
<i>Objetivo Geral</i>	2
<i>Objetivos Específicos</i>	2
Hipóteses	3
Justificativa e Importância do Trabalho	3
Metodologia de Trabalho	6
<i>Considerações Sobre a Pesquisa de Campo</i>	10
CAPÍTULO I	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1 Evolução da Segurança Alimentar e Nutricional	14
1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar	18
1.3 Hábitos Alimentares	21
1.4 Desenvolvimento Rural Sustentável	29
1.5 O Município de São João Evangelista – MG	35

CAPÍTULO II	40
RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
2.1 Percepção dos Alunos em Relação à Merenda Escolar	40
2.2 Cardápio escolar e sua importância: uma visão segundo as cantineiras das escolas.....	59
2.3 Percepção dos produtores rurais de São João Evangelista em relação ao Programa de Alimentação Escolar.....	65
2.4 Percepção do programa de alimentação escolar pelos gestores do Programa Municipal de Alimentação Escolar.....	71
CONCLUSÕES GERAIS	74
RECOMENDAÇÕES DE TEMAS PARA PESQUISAS FUTURAS	76
BIBLIOGRAFIA	77
ANEXOS	83

INTRODUÇÃO

Origem do Trabalho

A escolha do tema da pesquisa: análise do programa de alimentação escolar do município de São João Evangelista surgiu da necessidade de obter dados que pudessem apresentar a atual realidade da questão alimentar aliada a uma preocupação com a sustentabilidade da localidade em questão. Devido à minha formação de Economista Doméstica e a experiência em atividades de extensão e pesquisa suscitou-me a preocupação com a alimentação escolar, sendo sensibilizada a unir este estudo a uma discussão maior sobre a implementação das políticas públicas e desenvolvimento sustentável, conhecimentos estes adquiridos no mestrado em meio ambiente e sustentabilidade. Acreditando que o mestrado profissionalizante deve estar voltado para assuntos relevantes, a questão social desta discussão me chamou a atenção.

Esta dissertação busca analisar o programa de alimentação escolar de São João Evangelista, num contexto da política de descentralização¹ da

¹ Até 1993, o gerenciamento do programa de alimentação escolar no Brasil era feito de forma centralizada pelo Governo Federal, o qual comprava e distribuía os alimentos para as escolas de todo o país, mas a partir de 1994 foi descentralizado e os estados e municípios passaram a administrar o programa juntamente com o Governo Federal.

merenda escolar com estudo dos hábitos alimentares locais, visando a melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens envolvidos no programa.

Percebe-se que a partir de 1993, com a política de descentralização da merenda escolar, a busca pela eficácia do programa escolar deve passar necessariamente pelas potencialidades locais, buscando aproveitar os recursos da região, ou seja, utilizando a produção local e os mecanismos existentes de abastecimento e de distribuição de alimentos, favorecendo a integração da população atendida. Portanto, esse trabalho visa também analisar o programa mencionado sob esse prisma.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o programa de alimentação escolar do município de São João Evangelista-MG, visando avaliar sua potencialidade para melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens envolvidos no programa, e propor ações que possam contribuir para seu aprimoramento, assim como promover o desenvolvimento rural sustentável do município.

Objetivos Específicos

- Coletar e analisar dados sobre a gestão da alimentação escolar do Município de São João Evangelista-MG.
- Avaliar a apreciação da alimentação escolar por todas as pessoas envolvidas no programa.
- Propor projetos e ações visando uma alimentação saudável e regionalizada, com o estudo dos hábitos alimentares locais existentes, num contexto de educação ambiental.
- Propor projetos e ações de desenvolvimentos rurais, relacionados ao programa de alimentação escolar, apoiando a produção e a ampliação do mercado aos agricultores familiares.

Hipóteses

A pesquisa pretende testar a hipótese de que apesar do programa de alimentação escolar municipal atender as exigências legais relacionadas ao cardápio escolar, o mesmo não contempla a riqueza de alimentos regionais da localidade, desfavorecendo a comercialização dos produtos da merenda pelos pequenos produtores do município.

Justificativa e Importância do Trabalho

A pobreza e a miséria resultam da ação conjunta de fatores ecológicos, econômicos, políticos e socioculturais que conduzem à subalimentação e à desnutrição, que vem acontecendo principalmente com crianças da população de baixa renda. Segundo Angelis (1999) e Sgarbieri (1987), a desnutrição por má nutrição proteico-energético é o maior flagelo nutricional do mundo e tem influência considerável na mortalidade de crianças brasileiras.

A nutrição e a saúde de indivíduos de algumas localidades são influenciadas pelos sistemas agrícola e econômico, pela segurança alimentar e principalmente pela eficácia da gestão dos órgãos públicos. Atualmente no Brasil, grande parte da população possui uma renda insuficiente para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, que exige, urgentemente, políticas públicas que possam suprir estas carências. Segundo estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF 2004), mais de 27 milhões de crianças brasileiras vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, e têm três vezes mais possibilidades de morrer antes dos cinco anos por problemas relativos à fome. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO 2004) relata que além da morte, a desnutrição crônica também provoca diminuição da visão, apatia, atrofia do crescimento e aumenta consideravelmente a susceptibilidade às doenças.

Ao mesmo tempo, o acesso a uma alimentação equilibrada e segura torna-se uma meta nos países em desenvolvimento, pois se faz necessário

mudar o cenário de fome e criar alternativas para superar esta barreira, visto que a alimentação é essencial para a qualidade de vida de uma sociedade.

Neste cenário brasileiro surgem iniciativas governamentais no sentido de suprir as necessidades nutricionais das crianças escolares, sendo reconhecida a importância dessa fase da vida no desenvolvimento futuro. Compreende-se que na fase escolar, com o aspecto nutricional da alimentação escolar, e a socialização que as refeições oferecem, as crianças passam a conhecer alimentos novos e a adquirir hábitos alimentares saudáveis. Anderson entende que:

As contribuições nutricionais do almoço escolar são muito importantes para as crianças que não recebem alimentos adequados em casa. Entretanto, todas podem compartilhar os aspectos sociais da alimentação em grupo, e isso, por si só, pode ser bastante estimulante para que a criança experimente um alimento desconhecido ou beba seu leite, porque as crianças o fazem (Anderson *et.al*, 1988, p.303).

A fase do pré-escolar caracteriza-se como uma fase de transição alimentar em que ocorre o abandono gradativo das mamadeiras, maior preferência a alimentos sólidos e variados, sendo essa uma fase da vida da criança particularmente vulnerável à desnutrição e deficiências nutricionais, que poderão prejudicar seu crescimento e desenvolvimento adequado. Conforme Burton (1979).

“As necessidades nutricionais de crianças e adolescentes são únicas, exigindo especial atenção. Em termos de nutrição, esse período introduz não apenas necessidades muito aumentadas de nutrientes para atender ao crescimento físico, mas também uma reviravolta nos hábitos alimentares da criança para as concepções do adulto naquilo que constitui uma escolha adulta de alimentos”. (Burton, 1979, p. 228).

Durante este século, muitos estudos demonstraram a importância de uma dieta adequada para a saúde, no entanto, ainda hoje se pode observar os efeitos da alimentação inadequada no crescimento de crianças e jovens durante o período escolar. Com o propósito de mudar este quadro, surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa que vem reforçar medidas, no sentido de oferecer uma alimentação adequada, no período crucial de formação de hábitos alimentares, fase escolar, onde todo o

desenvolvimento social, emocional e psicológico está em formação.² Tal como entende Kathleen(1994),

Embora o crescimento físico possa ser menos notado e mais equilibrado que durante o primeiro ano de vida, é no período da pré-escola até metade dos anos escolares onde há crescimento significativo nas áreas social, emocional e cognitiva (Kathleen, 1994, p. 228).

Com a descentralização do PAE (Programa de Alimentação Escolar) a gestão municipal passa a ter um caráter participativo muito importante, pois, podem-se desenvolver projetos com a comunidade no sentido de valorização dos recursos existentes e de elaboração de um cardápio regionalizado. Cabe a rede escolar a garantia de complementação alimentar das crianças, uma vez que, já foi constatado que a maioria das crianças matriculadas nas escolas públicas vem de famílias de baixa renda. Segundo Cunha (1980), nas regiões mais carentes, a merenda escolar atinge um significado social bem maior à medida que, na maioria das vezes, transforma-se na única refeição adequada com a qual a criança carente pode contar; necessitando, no entanto de nutrientes que possam contribuir para os plenos desenvolvimentos físicos, sociais e mentais.

Esta política governamental poderia acarretar efeitos positivos para o município de São João Evangelista, uma vez que, o sistema produtivo é favorável pela diversidade de cultivos de produtos agrícolas aliada à criação de gado bovino e suíno. Essa atividade agrária, que é exercida por pequenos produtores familiares, poderia estar abastecendo a merenda escolar, possibilitando a melhoria da qualidade de vida e promovendo um cardápio regionalizado, em que os hábitos alimentares sejam respeitados e a alimentação seja adequada nutricionalmente.

O apoio à produção ambientalmente adequada e a ampliação dos mercados para a produção da agricultura familiar contribuirão certamente para o desenvolvimento sustentável³ da região em estudo.

² O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é coordenado pelo Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, foi criado para atender alunos da educação pré-escolar e/ou ensino fundamental matriculados em escolas públicas através da resolução número 015, 25/08/00.

Dentro da política municipal de São João Evangelista, um dos problemas que têm sido observados é referente à falta de articulação do sistema de compras da merenda com a produção local, pois os alimentos contidos no cardápio são comprados em supermercados, onde os produtos geralmente são oriundos de outras regiões do país. Também, não existem políticas municipais que estimulem os pequenos produtores locais, nem se promovem ações que incentivem a formação de cooperativas e /ou impulsionem as associações existentes. Sabe-se que as associações e cooperativas devem surgir da necessidade da comunidade, mas se não houver uma sensibilização para a questão e uma vontade do grupo em participar haverá certamente um fracasso. Portanto, torna-se evidente a proposta deste trabalho, que é a de apresentar como se encontra a gestão⁴ do programa de alimentação escolar do município de São João Evangelista-MG e propor ações que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças envolvidas no programa, articulada a uma política de desenvolvimento rural sustentável.

Metodologia de Trabalho

Neste trabalho será utilizado o método de pesquisa de observação participante Também foram utilizados outros métodos de coleta de dados: observação direta, aplicação de questionários entrevistas semi-estruturadas, além de utilizar documentos diversos e fontes de pesquisa bibliográfica.

A informação participante é um método usado para testar uma hipótese previamente definida, onde a coleta de dados requer participação junto aos atores, estudando as situações rotineiras. A observação participante parte do pressuposto de que o ambiente exerce grande influência sobre a pesquisa e o pesquisador interage com sujeitos no contexto natural, realizando a coleta de

³ Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em consideração fatores sociais, ecológicos, assim como econômicos; as bases dos recursos vivos; as vantagens e desvantagens das ações, alternativas a longo e curto prazo. Desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência). (Stake, 1991, p.9).

⁴ Segundo Maximiano (1997), gestão é o processo de tomar e colocar em prática decisão sobre a eficácia (realização de objetivos) e a eficiência (utilização racional de recursos) das empresas.

dados. A observação participante pesquisa os sujeitos dentro de seu próprio ambiente, mas tem como viés o fato dos pesquisados saberem que estão sendo observados. O pesquisador realiza anotações em forma de diário codificado, separando fatos e impressões.

Gil (1999) conceitua a observação participante como:

“Método em que o observador participa da vida diária das pessoas em estudo, tanto abertamente no papel de pesquisador, como assumindo papéis disfarçados, observando fatos que acontecem, escutando o que é dito e questionando as pessoas ao longo de um período de tempo”.(Gil, 1999, p.31).

Esta metodologia oferece assim uma grande diversidade de alternativas ao pesquisador. Becker (1997) descreve as operações analíticas básicas realizadas na observação participante como três estágios da análise de campo: a seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e a distribuição de fenômenos; e a incorporação de descobertas individuais num modelo de organização de estudo. Sendo que o quarto estágio de análise final envolve problemas de apresentação de evidências e provas. Alguns fatores devem ser observados na observação participante: a credibilidade dos informantes, as declarações dirigidas ou espontâneas e a equação grupo-informante-observador. O pesquisador deve analisar tais situações, tomando os devidos cuidados para que sua maneira de observar, não afete esses comportamentos, interferindo assim no resultado da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu também através da aplicação de questionários ou de entrevistas padronizadas (compostas por perguntas com alternativas fixas ou fechadas) e por entrevistas abertas (compostas por perguntas que deixaram a pessoa responder livremente), permitindo a exploração do processo de forma espontânea.

A entrevista é uma técnica que facilita a exploração de áreas a serem compreendidas naturalmente, pelo seu caráter flexível.

“Num questionário, a informação obtida pelo pesquisador limita-se às respostas escritas a questões pré-determinadas. Já numa entrevista, como o entrevistador e a pessoa entrevistada estão presentes no momento em que as perguntas são apresentadas e respondidas; existe oportunidade para maior flexibilidade na obtenção das informações”. (Siltiz *et al*, 1971,p. 45).

Nesta dissertação as perguntas abertas foram necessárias, uma vez que, a pesquisa foi explorada em todo o processo. Nogueira (1964) relata que se deve sempre recorrer à entrevista, quando se tem necessidade de dados que não possam ser encontrados em registros ou fontes documentárias e que se espera que alguém esteja em condições de prover.

A entrevista consiste em uma técnica envolvendo duas pessoas numa situação “face a face”, numa forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes, busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 1999).

Foi abordada de forma qualitativa na qual Silva e Menezes (2001) consideram que existe “[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

De acordo com Gil (1999, p.117), por meio da entrevista obtém-se: “informações acerca do que as pessoas crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram”. Dentre os vários tipos de entrevistas há a parcialmente estruturada que, segundo o autor, é guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistado vai explorando ao longo de seu curso.

Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa também inclui uma revisão bibliográfica, incorporando uma revisão de literatura sobre o tema, subsidiando teoricamente a entrevista com a população e análise dos dados e pesquisa de campo.

No presente estudo a amostra foi definida aleatoriamente, sendo sorteadas três escolas dentre as dez escolas municipais existentes. As escolas sorteadas foram: Escola Municipal José Guimarães (meio urbano), Escola Municipal Prefeito Alberto Pimenta (meio urbano) e Escola Municipal Antônio Medina Cardoso (meio rural).

Foram aplicados 100 questionários para as crianças de cada escola, na faixa etária de 7 a 12 anos, totalizando 300 questionários num universo de 978 crianças, a amostra significou 30% do universo, número superior à amostra mínima necessária, para minimizar a margem de erro, devido que se trata de respostas de crianças. Os questionários aplicados foram constituídos de

questões estruturadas e semi-estruturadas, dando maior liberdade para as crianças responderem as questões. Algumas entrevistas foram feitas quando a pesquisadora percebeu a necessidade de alguma explicação relacionada ao questionário. Foram inquiridos sobre sua percepção em relação à merenda e sobre seus hábitos alimentares: se participam da merenda da escola e por quê, se estão satisfeitos com a merenda, quais os alimentos que mais gostam e os que menos gostam e por quê, se gostariam de acrescentar algum alimento na merenda e qual a importância da merenda no dia-a-dia.

Já no segmento dos responsáveis pela gestão da alimentação escolar: Prefeito, Secretária da Educação, Secretário da Agricultura, Técnico em Economia Doméstica (responsável pela merenda), Diretoras das Escolas, Conselho de Alimentação Escolar e Merendeiras, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a respeito de itens referentes do cardápio, hábitos alimentares dos alunos, variedade e frequência dos alimentos do cardápio, equipamentos existentes nas cantinas, abastecimento e aquisição de mercadorias, treinamento para os manipuladores de alimentos e projetos de alimentação desenvolvidos pela escola. Opinaram ainda, a respeito dos aspectos positivos e negativos do Programa de Alimentação Escolar (PAE).

Observou-se a distribuição da merenda aos alunos nas três escolas pesquisadas, a preparação da merenda, o espaço da cantina escolar e recursos físicos e equipamentos existentes, o comportamento das crianças durante a merenda, a participação das crianças em projetos pedagógicos envolvendo a alimentação e o relacionamento entre as crianças e as merendeiras das escolas; as visitas às escolas ocorreram sem aviso prévio, não havendo nenhuma alteração da rotina normal em razão desta pesquisa.

Quanto à ampliação do mercado para os pequenos produtores na comercialização de produtos da merenda, foram entrevistados alguns produtores, o responsável pela Secretaria da Agricultura Municipal, para obter informações sobre capacidade produtiva, forma de produção, conhecimento do programa de merenda escolar municipal, interesse em comercialização para o programa e projetos para melhoria da qualidade de vida. Ainda, foram observadas suas propriedades (espaço físico, equipamentos, etc.), alimentos produzidos, existência de assistência técnica e potencial de abastecimento

para a merenda escolar, incluindo as organizações existentes. Foram entrevistados alguns pequenos produtores rurais e foram perguntados a respeito de suas necessidades, realidade, anseios para melhoria da qualidade de vida e possibilidades de inserção no mercado da merenda escolar. No tratamento dos dados foram usadas técnicas estatísticas e percentuais das variáveis mensuráveis do questionário. Foram feitos registros fotográficos de algumas cenas da observação participante, os quais irão retratar o cotidiano e a realidade dos envolvidos na pesquisa.

Os questionários e roteiros de entrevistas com os diferentes atores sociais encontram-se ao final deste trabalho, no anexo. Neste estudo, o uso de fontes secundárias de dados: documentos institucionais, dados do IBGE, bibliografias e artigos combinados com fontes primárias de questionários e entrevistas, possibilitou apreender o desenho do Programa de Alimentação Escolar Municipal, identificando suas estratégias e sua gestão.

Considerações Sobre a Pesquisa de Campo

Ao se realizar uma pesquisa de campo, é necessário revelar as condições em que esta se desenvolveu para que os limites do trabalho se estabeleçam.

A pesquisa de campo aconteceu entre os meses de maio de 2005 e março de 2006, em período escolar, acontecendo em 2005 uma vez por semana e mais freqüentemente em 2006. Houve restrições nas regularidades das visitas, uma vez que, foram respeitados os momentos possíveis e autorizados pela Secretaria de Educação do Município.

Ao iniciar a pesquisa, em maio de 2005, as primeiras entrevistas foram com os responsáveis diretos pela merenda: a Secretária da Educação Municipal e com o técnico responsável pela merenda.

No mês de setembro pude acompanhar a entrega de alimentos da merenda para as dez escolas municipais. Fotografei as escolas, participei da distribuição da merenda e visitei os arredores das escolas onde haviam algumas hortas plantadas.

Observei que na escola rural antes da merenda, ao iniciar as aulas, é servido leite com achocolatado para todas as crianças. Este procedimento ocorre devido à necessidade de reforçar a dieta alimentar das crianças para que as mesmas possam aguardar o momento do recreio, pois na maioria das casas não é servido um café da manhã ou lanche para que a criança possa aguardar o momento da merenda na escola. Muitas crianças percorrem longa distância para chegarem à escola e o leite servido funciona como um reforço alimentar. A rotina alimentar diária das crianças é a seguinte: café puro, almoço (arroz, feijão e verdura), frutas de época, sopa de macarrão com legumes no jantar. Esta dieta apresentada é resultado da observação em algumas casas de crianças pertencentes às escolas pesquisadas.

A princípio, as conversas informais com as cantineiras e diretoras das escolas foram realizadas com cautela, pois o viés da entrevista era o receio quanto à intenção da pesquisa, uma vez que, algumas delas são contratadas.

As entrevistas com as crianças e as cantineiras aconteceram nos meses de setembro e outubro de 2005; juntamente com as entrevistas foi passado um questionário para 300 (trezentas) crianças pesquisadas da amostra e para doze cantineiras das escolas sorteadas. Entre as cantineiras entrevistadas, três não quiseram responder algumas perguntas do questionário.

No mês de fevereiro de 2006 realizaram-se as entrevistas com quinze produtores rurais em dias e horários estabelecidos e de acordo com a disponibilidade dos mesmos.

Existiram inibições por parte de cinco entrevistados, quando perguntados em grupo ou em presença de estranhos, então passei a marcar horários individuais para melhor andamento da pesquisa.

Em relação às observações feitas sobre a alimentação servida no dia-a-dia das famílias das crianças foram registrados os seguintes alimentos: arroz simples, abobrinha, salada de alface, almeirão refogado, cenoura crua ou refogada couve refogada, molho de tomate, salada de pepino, chuchu refogado, cará cozido, sopa de inhame, repolho, angu, frango com quiabo, canjiquinha com costelinha, arroz com galinha ou “galinhada”, feijão batido ou inteiro, feijão tropeiro, banana verde frita, sopa de banana verde, mandioca frita

ou cozida, carne cozida, macarrão com molho de carne moída, sopa de macarrão com legumes e carne, almôndegas, batata frita, bife, farofa de cenoura, ovos fritos, etc. Os alimentos são servidos acompanhados com sucos naturais de frutas dos próprios quintais, tais como: acerola, laranja, limão, mamão, abacate, manga, maracujá, abacaxi e amora. Em relação às sobremesas mais apreciadas podemos citar: doces cristalizados e em calda, de mamão, laranja, abóbora e figo, doce de leite, pudins, bolo de mandioca, arroz doce, pé-de-moleque, goiabada e etc.

Quanto aos eventos sociais e manifestações culturais em São João Evangelista, pude observar e participar de festas religiosas, onde após a missa, havia “barraquinhas” com leilões e vendas de pratos típicos, tais como: leitão assada, galinhada com arroz, canjica grossa, costela com canjiquinha, banana verde frita, torresmo com mandioca, frango com quiabo e angu, etc.

Em eventos festivos das comunidades, geralmente comemorados em dias de domingo, o cardápio era composto por churrasco e galinha com arroz ou galinhada.

Em junho, comemora-se a festa junina, envolvendo danças (tradicional quadrilha), comidas típicas (canjica, pipoca, pé-de-moleque) e bebidas quentes (quentão e vinho). Embora muitos não participem da quadrilha nesta época, é tradição servir um prato típico nas residências durante a sobremesa, tais como: pé-de-moleque, canjica e paçoca.

Durante a Semana Santa pude observar que alguns estudantes católicos não comem carne e procuram alimentar-se de peixes (pescados na própria região ou comprados em supermercados), no sábado tem como ritual a confecção da “paçoca” (alimento feito à base de amendoim e farinha). Embora estas preparações não estejam presentes no cardápio escolar, algumas escolas rurais servem alguns pratos típicos, tais como: canjica grossa com amendoim e paçoca.

Apesar das considerações apresentadas acima sobre o cardápio presente em algumas casas do meio rural e residências localizadas em bairros mais carentes a alimentação do dia-a-dia é precária, tendo como base apenas o

arroz e o feijão. Muitas crianças freqüentam a escola para merendar, pois em casa passam fome.

Estas informações foram obtidas através da observação participante, uma vez que durante as entrevistas não foram citados essas informações referentes à cultura local, nem mesmo, quaisquer alterações nos cardápios. As relações estabelecidas ocorreram de forma mais natural possível, uma vez que, as crianças e os agricultores são pessoas simples, espontâneas e sinceras. Quando não queriam responder alguma pergunta, apenas não falavam. Geralmente apresentaram grande interesse pela pesquisa, sendo demonstrados através de relatos emocionados e transparentes.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Evolução da Segurança Alimentar e Nutricional

Conforme Montana (2003), o conceito de segurança alimentar teve sua origem na Europa a partir da I Guerra Mundial, assumindo uma conotação de segurança nacional, no sentido de que os países deveriam garantir-se na formação de estoques de alimentos; nessa perspectiva estabeleceu-se uma vinculação da questão alimentar a capacidade de produção.

No entanto, o conceito limitava-se a perspectiva de produção de alimentos, tomando outros rumos ao longo da história. O enfoque da segurança alimentar, nesse período, estava ligado mais à disponibilidade segura e adequada do alimento e menos ao direito humano a esse alimento. O conceito de segurança alimentar foi modificando-se quando se observou que a produção de alimentos não assegurava o mesmo acesso para a população nas suas diferentes camadas sociais. A distribuição de renda, as diferenças regionais e as políticas públicas voltadas para as questões alimentares proporcionaram um repensar no cenário mundial. Segundo Maluf (2000),

“Pelo menos desde o fim da década de 1970 os diagnósticos passaram a apontar para os problemas de acesso aos alimentos como sendo a principal condicionante da segurança alimentar dos países e das famílias, ganhando proeminência os elementos determinantes do nível de renda familiar urbana e rural e o tratamento do fenômeno da pobreza”.(Maluf, 2000, p.42).

O repensar nas desigualdades sociais do país fez com que a Política de Segurança Alimentar se solidificasse no Brasil, uma vez que o nível de renda era um elemento determinante da pobreza.

Segundo Galeazzi (1998) amplia-se então, o conceito de segurança alimentar:

“A garantia da alimentação para a família depende do acesso aos alimentos - financeiros, físicos, sociais - entendidos como condição distinta da disponibilidade dos alimentos. Contudo, a Segurança Nutricional não está garantida pelo acesso aos alimentos. Os problemas de saúde relativos à má nutrição quando se analisa a inadequação por falta ou pelo excesso de nutrientes são indicadores de segurança”.(Galeazzi, 1998, p.37).

Portanto, a questão crucial da segurança alimentar deixa de ser essencialmente a capacidade de acesso aos alimentos por parte dos povos e passam a ser analisadas a questão referente à qualidade e sanidade dos alimentos; isto é, a preferência por alimentos com qualidades nutricionais. Num conceito mais amplo, envolvendo aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, Maluf (2000) afirma:

“Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É de responsabilidade dos estados nacionais assegurar este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo”.(Maluf, 2000, p.26)

Refletindo a respeito desta conceituação, para garantir o acesso aos alimentos saudáveis será necessário o fortalecimento desde a estrutura do sistema alimentar (atividades ligadas à produção, distribuição e consumo de alimentos) à conscientização do consumidor sobre a importância de uma política nacional de segurança alimentar. Assegurar uma produção alimentar de forma sustentável requer profundas mudanças em toda a estrutura

organizacional do país. Conforme Pessanha (2004), a segurança alimentar é tema de amplo debate sobre os objetivos prioritários ao planejamento e construção das políticas públicas no Brasil.

Foram criados programas de segurança alimentar com o fim de enfrentar as carências nutricionais, buscando qualidade de alimentos e tornando os hábitos alimentares mais saudáveis. No entanto, esta finalidade definiria o encaminhamento político dos programas atuais, mas geralmente este objetivo fica apenas restrito em conceitos teóricos que possuem pouca aplicabilidade em nosso cotidiano; não sendo realizadas ações concretas neste sentido.

Em 2006, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) traçou perfil inédito sobre Segurança Alimentar no Brasil e apresenta os seguintes dados: em 65,2% dos 51,8 milhões de domicílios particulares brasileiros havia segurança alimentar. Dentre os 18 milhões com insegurança alimentar, 3,4 milhões foram classificados em situação de insegurança alimentar grave e 1,6 milhão destes domicílios estavam no Nordeste. Das 14 milhões de pessoas que viviam em domicílios com insegurança alimentar grave, perto de 6 milhões moravam naqueles com rendimento mensal domiciliar *per capita* que não ultrapassava R\$ 65 por pessoa. Em todas as regiões, a prevalência de insegurança alimentar foi maior nos domicílios com pessoas de menos de 18 anos de idade. Estes dados apresentam uma realidade que necessita urgentemente de medidas que possam modificá-la, uma vez que, em domicílios com jovens e crianças com insegurança alimentar o índice foi alto e preocupante.

Tais modelos internacionais, elaborados para políticas de países de primeiro mundo são contraditórios em relação à realidade brasileira. Para serem implantados estes padrões será necessário buscar políticas públicas que determinem a condição alimentar e o bem-estar da população.

O grande desafio, portanto, consiste em propor ações públicas que possam promover a garantia de alimentos saudáveis em paralelo com a educação alimentar e à defesa dos direitos do consumidor. Alguns programas têm sido implementados com a finalidade de buscar soluções para as questões da fome e desnutrição; problemas esses que se agravam mais nas regiões mais pobres do Brasil, onde as desigualdades sociais são mais intensas; mas

suas metas possuem geralmente caráter assistencialista, uma vez que não geram mudanças satisfatórias no comportamento da população.

Constata-se, assim, que é bastante complexa a situação da alimentação e nutrição no Brasil, país com características epidemiológicas e regionais bastante heterogêneas, no qual coexistem problemas típicos de sociedades subdesenvolvidas.

Sendo assim, faz-se necessário lembrar os direitos humanos referentes à alimentação e nutrição, os quais compreendem responsabilidades do Estado, da sociedade e do indivíduo. Conforme documento redigido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU (1986),

“Todos os seres humanos são responsáveis pelo desenvolvimento, individualmente e coletivamente, levando em conta a necessidade do respeito integral dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como suas obrigações para com a comunidade, que podem garantir a livre e completa realização do potencial humano”.(ONU, 1986, p.10).

Nas três últimas décadas, a constatação dessas evidências converteu-se em amplo consenso, e a segurança alimentar e nutricional passou a ser considerado requisito básico para a afirmação plena do potencial de desenvolvimento físico, mental e social de todo ser humano (Valente 1997).

Espera-se que novas posturas ocorram em relação a Segurança Alimentar e Nutricional; uma vez que o consumidor deverá conscientizar-se da necessidade de buscar alimentos saudáveis, produzidos de forma ambientalmente correta e principalmente seguros para o consumo, contribuindo para a saúde coletiva.

De acordo com Gouveia (1999),

Dessa forma, a escola torna-se um espaço onde é possível, por meio de atividades incorporadas aos programas existentes, estimular o consumo de alimentos com atestada qualidade nutricional, uma vez que, é na infância que pode ser consolidada a prática alimentar, freqüentemente mais difícil de ser modificada na idade adulta (Gouveia, 1999, p. 247).

Apesar dessa conscientização ocorrer de forma lenta e gradual, devemos estar atentos, pois, uma mudança de comportamento é um processo

educacional que precisa ser construído em bases sólidas, para que ocorra uma melhoria realmente efetiva.

1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

No Brasil, até a década de 50, não havia qualquer trabalho de alimentação escolar na área governamental. Nos anos 30, as escolas deram início ao atendimento aos alunos com alimentação e objetivos assistenciais, através da arrecadação junto aos próprios estudantes, às empresas, à comunidade, fornecendo alimentação aos alunos. Em algumas unidades o atendimento era feito aos mais carentes, em outras a todos que iam à escola.

Em 1954, com o final da Guerra da Coréia e a supersafra americana, houve uma quantidade de excedente da produção agrícola doada à UNICEF e parte do alimento foi repassado ao Brasil, atendendo inicialmente a estudantes carentes de alguns Estados (Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) do país. Devido às pressões políticas, o governo resolveu expandir os donativos para os demais Estados, ofertando leite em pó, margarina e cápsulas de vitamina A.

Surgiu assim o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), elaborado pela Comissão Nacional de Alimentos (CNAE), estimulado pela Campanha de Merenda Escolar (CME) em 1955. A partir de 1983, ficou sob a responsabilidade da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), na atualidade chama-se Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação.

“Entende-se por alimentação escolar a refeição tomada no ambiente da escola e que faz parte da alimentação diária do aluno, que deve suprir as necessidades nutricionais dos estudantes, correspondente a sua faixa etária e ao número de horas que ela permanece na escola, portanto ao desgaste advindo das atividades desenvolvidas” (Governo do Estado de São Paulo, 1986).

Inicialmente, o objetivo era a suplementação alimentar e a melhoria das condições nutricionais das crianças, diminuindo os índices de evasão e repetência, gerando um melhor rendimento escolar.

Em 1972 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), pela Lei Federal 5.829/72, com vistas ao estabelecimento de normas para a Política de Alimentação e Nutrição, sendo elaborados vários programas de alimentação, entre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com o objetivo de suplementar a alimentação aos escolares do primeiro grau, matriculados em escolas oficiais e filantrópicas, assim como aos pré-escolares, com a proposta de oferecer uma refeição com valor nutricional equivalente a 15% e até 30% das recomendações nutricionais diárias, durante o ano letivo.

Outros objetivos, como os de melhorar os hábitos alimentares, as condições nutricionais, a capacidade de aprendizagem, a redução dos índices de repetência e evasão escolar, também fizeram parte do PNAE. O aspecto assistencialista perdurou até 1988, visto que a verba que se destinava à alimentação escolar provinha dos orçamentos da Educação.

Entre 1986 e 1989, o PNAE iniciou um projeto piloto de descentralização, com cerca de 200 municípios conveniados diretamente com a FAE, tendo como objetivo adequar os hábitos alimentares dos alunos, incorporando ao cardápio dos escolares produtos provenientes do próprio município ou região. Mais tarde, os problemas econômicos e políticos sobrepuseram à proposta de implantar gradativamente a municipalização em todo país e o processo foi interrompido, retornando sete anos depois. A FAE retornou com a descentralização entre 1992 e 1994, inicialmente nos Estados e depois no âmbito municipal, alterando consideravelmente o perfil da alimentação do estudante.

Na operacionalização do programa federal de alimentação escolar existem duas modalidades: a modalidade centralizada e a escolarizada. No Brasil, até 1993 o gerenciamento do programa de alimentação escolar era feito de forma centralizada pelo Governo Federal, o qual comprava e distribuía os alimentos para as escolas de todo o país, mas a partir de 1994 foi descentralizado e passou a ser administrado em conjunto pelos estados e municípios.

De acordo com o Programa de Alimentação Escolar, os municípios que possuem o sistema de operacionalização descentralizada possuem vários benefícios tais como: garantia de alimentação com qualidade; compras de

alimentos em menores quantidades e, sem tantos intermediários, estímulo à produção e comercialização local, promovendo o desenvolvimento de cada localidade e respeito aos hábitos alimentares de cada região. Cabe então, a Secretaria de Educação administrar o programa para todas as escolas de seu município de forma legal e numa gestão participativa. No Brasil todos os municípios devem ter um Conselho de Alimentação Escolar (CAE), formado por representantes da comunidade escolar, os quais se reúnem para participar e fiscalizar a gestão da alimentação escolar. Este órgão possui uma importância fundamental no processo da merenda escolar, pois suas ações visam assegurar o direito a uma alimentação adequada para todos os estudantes envolvidos no programa e poderão propor melhorias na gestão do referido programa.

É necessário compreender que a gestão do programa de alimentação escolar envolve verbas específicas para aquisição dos alimentos da merenda, outros gastos como o transporte, pagamentos de funcionários e despesas com locais de abastecimento são de inteira responsabilidade da gestão da secretaria de educação do município. São verbas independentes que não serão abordadas nesta dissertação.

O repasse do Governo Federal é de R\$ 0,18 por dia, por aluno para a alimentação no ensino fundamental, sendo que o recurso total repassado ao município de São João Evangelista no mês de novembro de 2005 foi de R\$ 4.560,00.⁵

Segundo a lei n 8.913 de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar, o Programa é financiado pelo Governo Federal e executado pelas entidades executoras que recebem diretamente os recursos; caso estes recursos repassados pelo Fundo Nacional Desenvolvimento Escolar (FNDE) não sejam suficientes, as próprias prefeituras deverão complementá-los, conforme estabelecido pela lei federal.

O histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar é de suma importância nesta pesquisa, uma vez que, um tema tão abrangente e complexo

⁵ Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Educação -SJE-MG.

merece uma abordagem considerável em relação às questões sociais, políticas e econômica.

No Brasil, um país que apresenta características de desigualdade econômica, social e regional, a administração da alimentação escolar municipalizada só poderá surtir os efeitos desejados se houver fortalecimento do poder local, descentralização não apenas das atribuições e competências, mas também dos recursos, e uma sociedade organizada e participativa.

Conforme Conceição (1994),

“A merenda escolar tem, pois, uma característica de ambigüidade ou ambivalência, sendo ao mesmo tempo vista como paliativo e como direito. Por esta razão, não se consegue analisar de forma fechada o programa de merenda escolar, buscando-se, ao contrário relacioná-lo com a questão do Estado, dos direitos humanos e da criança, com os princípios de transparência administrativa, probidade, racionalidade e economia, com a estrutura tributária”.(Conceição, 1994, p.72)

Esta concepção reflete uma preocupação com a conscientização da população em relação ao perfil da alimentação escolar para sua localidade, suas potencialidades, seu comprometimento político.

1.3 Hábitos Alimentares

No Programa de alimentação escolar a elaboração do cardápio é um ponto relevante a ser considerado, uma vez que o estudo da nutrição deverá ser compreendido, para que o mesmo possa atender as reais necessidades dos estudantes envolvidos. Este assunto merece uma reflexão juntamente com a comunidade escolar, por oferecer subsídios que irão confirmar a importância de um planejamento de cardápio adequado e dará suporte para a inserção da agricultura familiar no programa alimentar.

Segundo a *American Medical Association*,

“Nutrição é a ciência do alimento, dos nutrientes e outras substâncias afins, da atuação, interação e balanço em relação à saúde e à enfermidade, e do processo através do qual o organismo ingere, digere, absorve, transporta, utiliza e excreta as substâncias alimentares”. (Anderson *et al.*, 1988).

É pertinente elucidar-se os termos alimentação e nutrição, tendo-se em vista que não são sinônimos e, muitas vezes trazem confusões ao entendimento dos leitores e da população em geral. Proença comenta:

“O alimento é todo material que o organismo recebe para satisfazer suas necessidades de manutenção, crescimento, trabalho e restauração dos tecidos. A alimentação representa o processo voluntário e consciente pelo qual o ser humano obtém produtos alimentares para o seu consumo. A nutrição, por sua vez, é a ciência que estuda o conjunto de processos por meio dos quais o organismo vivo recolhe e transforma substâncias sólidas e líquidas exteriores, de que precisa para sua manutenção, desenvolvimento orgânico e produção de energia” (Proença, 2002, p.32).

A nutrição deve estar relacionada com as implicações sociais, econômicas, culturais e psicológicas estabelecidas pelo alimento e alimentação, sendo um processo complexo que exige atenção. Entretanto, não se pode afirmar que toda a população de baixa renda alimenta-se mal e que todos os “ricos” alimentam-se bem. Isto não parece ser verdade, a julgar pelos hábitos alimentares de camadas melhor situadas economicamente, as quais não revelam freqüentemente uma alimentação nutricionalmente correta. A má alimentação pode se dar tanto por falta quanto por excesso de alimentos, podendo acarretar doenças carenciais e doenças da civilização⁶. Concordo com Conceição (1994) quando coloca que,

“A educação nutricional não pode ser exclusividade de educadores e nutricionistas, devendo envolver outros profissionais como o agrônomo, o economista, psicólogos, sociólogos e antropólogos. Pois, os hábitos alimentares estão diretamente relacionados aos fatores emocionais e culturais, sendo importante buscar a compreensão para o que determinado grupo social come, escolhe ou prefere, analisando a origem de tais hábitos e a origem de determinada cultura alimentar. Não se pode ignorar que os alimentos têm valor psicosócio-cultural e que as resistências às mudanças não costumam ser gratuita, razão pela qual devem-se evitar as mudanças bruscas”. (Conceição, 1994: p.67-68)

São inúmeras as razões que envolvem a escolha de alimentos, não podendo o consumo alimentar restringir-se apenas às razões econômicas. Muitas vezes o consumo deste ou daquele alimento está relacionado às crenças que foram construídas por uma sociedade ao longo de sua história, as quais nem sempre estão de acordo com a ciência. Os valores culturais irão

⁶ Doenças da civilização são as doenças causadas pelo excesso de agrotóxicos nas dietas e pelo consumo excessivo de alimentos calóricos sugeridos pela mídia, como por exemplo, refrigerantes.

interferir diretamente na alimentação e no cardápio das escolas, devendo ser respeitados as diferenças culturais de cada povo. É evidente a necessidade da educação nutricional, uma vez que existem várias vantagens desse estudo, na busca por melhoria da saúde. De Angelis (2001) destaca algumas razões para a educação nutricional:

- Equipar recursos humanos com habilidade para fazer escolha adequada de alimentos que possam efetivamente contribuir para a melhoria da saúde e bem-estar, conseguindo obter o máximo de seu potencial genético.
 - A educação nutricional dá aos indivíduos melhor compreensão para avaliar as informações recebidas.
 - Promover o melhor uso das fontes econômicas.
 - Reforçar o conhecimento, corrigindo os conceitos sobre nutrição.
 - Ajudar a economizar dinheiro e evitar o desperdício
- (De Angelis, 2001, p.11).

Muitos peritos nas questões da fome acreditam que, fundamentalmente, a maneira de reduzir a fome é através da educação. As pessoas instruídas têm uma maior capacidade para sair deste ciclo de pobreza que provoca a fome (UNICEF, 2000).

O baixo poder de compra de grande parte da população de baixa renda, tanto rural como urbana leva a deficiência quantitativa e qualitativa em relação a certos nutrientes na alimentação, uma vez que se desconhece a riqueza e diversidade de alimentos nativos e regionais (Sgarbieri, 1987, p. 36).

Embora o Brasil possua em seu cenário uma rica diversidade de alimentos, são poucos os estudos relacionados ao valor dos alimentos disponíveis nas diversas regiões do país. O restrito acesso a estes estudos nos remete a um consumo de alimentos industrializados e de baixo valor nutritivo, e ao mesmo tempo, à desvalorização dos alimentos disponíveis que poderiam fornecer uma dieta equilibrada e de custo acessível para a maioria da população. Por outro lado, há um grande investimento da mídia no consumo de alimentos que não satisfazem uma dieta equilibrada.

Outra análise importante no contexto da alimentação e nutrição diz respeito às diferenciações regionais. O relatório de Desenvolvimento Humano de 1997 destaca a redução da pobreza no Brasil, com extensão e padrões que

variem internamente, porque o Índice de Pobreza Humana (IPH)⁷ difere de maneira expressiva de uma região para outra.

O IPH encontrado no Nordeste foi de 46%, já no Sul e no Sudeste ficou situado em 17% e 14%, respectivamente. Assinalam ainda, os estudos que essas disparidades têm se ampliado ao longo das duas décadas, haja vista que a prevalência de pobreza humana decresceu 2/3 no Sul e apenas 1/3 no Nordeste (PNUD, 1997). Enquanto na população urbana do Nordeste 13,5% de crianças apresentam déficit de estatura, na zona rural a frequência é de 25,2% em contraste com 4,6% no Centro-sul urbano do País.

Nas áreas urbanas da Região Norte, verifica-se que o declínio da prevalência é menor do que a observada no resto do País. Em 1996, os maiores índices de déficit de crescimento na população urbana passaram a ser encontrados no Norte e não mais no Nordeste. Portanto, os estudos da alimentação deverão possibilitar mudanças neste quadro, uma vez que, as diferentes realidades regionais devem ser estudadas e seus hábitos alimentares respeitados. Torna-se um dever enquanto cidadão promover ações que possam apresentar propostas de cardápios saudáveis que respeitem a cultura e os hábitos alimentares da população. O estudo sobre os hábitos alimentares é necessário, uma vez que vários programas institucionais que visavam mudar o hábito das populações dos países em desenvolvimento foram frustrados por desconsiderar os preceitos, proibições religiosas e práticas culinárias locais.

Castro (2002) afirma que

“Caracterizando o tipo de alimentação e os variados tipos de fome que tem sofrido a nossa gente, estamos certos de que faremos refletir nessas características biológicas com maior exatidão do que através do estudo de quaisquer outras manifestações de natureza ecológica, o grau de ajustamento dos diferentes grupos regionais de nossas populações às variadas zonas geográficas do país. E são exatamente as expressões dessas variadas formas de adaptação que dão relevo à fisionomia cultural de uma nação” (Castro, 2002, red, p.22).

⁷ IPH:O índice de pobreza humana mede as carências no desenvolvimento humano básico em termos do percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos, o percentual de adultos analfabetos e o estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável em termos do percentual de pessoas sem acesso à serviços de saúde e água potável e do percentual de crianças menores de 5 anos com peso insuficiente.

A falta de compreensão e de sensibilidade dos interventores fez com que muitos programas alimentares fracassassem, devido ao desconhecimento da cultura do povo. As variadas culturas têm evoluído dentro de um equilíbrio alimentar próprio, através da sabedoria repassada através das gerações.

Percebe-se que a alimentação de diferentes culturas está sendo transformada rapidamente, proporcionalmente à medida que a cultura se modifica. Para Claude Fischler (1994), a cultura moderna tem reduzido a capacidade do ser humano em perceber qual alimentação ser-lhe-ia mais adequada. Enquanto Contreras (1995) acredita que as razões estão assentadas na crise cultural vivida pelas sociedades mais desenvolvidas.

Outro fator que merece ser repensado é o que se refere à dissolução dos rituais que acompanham o ato de alimentar; a relação de afeto e satisfação no momento da refeição cede espaço para momentos solitários. A importância social do momento das refeições em família e a procura por alimentos veiculados pela mídia no apelo à facilidade e rapidez no seu consumo, é outro fator que tem sido apontado como causador da má alimentação.

Ora, se a alimentação faz parte da cultura, essas transformações não poderiam ser de outra forma, uma vez que, a cultura alimentar tem sofrido notável mudança na atualidade.

Calil e Aguiar afirmam que:

“O hábito alimentar varia de acordo com a região do Estado, origem da população, assim como da sua produção agrícola. Portanto, na elaboração dos cardápios deve-se observar as características da população alvo quanto ao gosto e paladar próprios da clientela, que varia de acordo com a idade correlacionada à educação ou reeducação de hábitos não adequados” (Calil e Aguiar, 1999, p.22).

Atualmente no Brasil, dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar, é eminente a preocupação com a formação de hábitos saudáveis, visto que, durante a infância, os bons hábitos são essenciais, pois evitam a incidência de problemas nutricionais difíceis de serem solucionados posteriormente. Na perspectiva de formação de hábitos alimentares saudáveis, Motta e Boog (1991) reconheceram a relevância da educação alimentar e nutricional como fator importante para a saúde física e mental, assim como para o bem-estar social do indivíduo. O papel da escola na promoção de

padrões de alimentação saudáveis também têm sido reconhecido por muitas organizações internacionais (Blom-Hoffman et al. 2004).

“Além disso, as escolas também deveriam, à medida do possível, dirigir seus objetivos à educação dos pais, com esforços que propiciem maior conhecimento em relação às medidas de prevenção, bem como ao estímulo para a realização de atividades físicas e adoção de um padrão de alimentação e estilo de vida mais saudável” (Sothorn, 2004, p.32).

Conforme resolução número 015, de 25/08/2000, capítulo III - Do cardápio da alimentação escolar art.5, ficou estabelecido que algumas normas deverão ser satisfeitas ao planejar o cardápio para a alimentação escolar; portanto não devem ser preconizados no cardápio escolar alimentos que não sejam saudáveis, tais como: excesso de carboidratos e gorduras. O cardápio da alimentação escolar deverá ser programado de modo a fornecer, no mínimo, por refeição, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos beneficiados⁸. Em relação ao consumo de alimentos, merece destaque a situação das crianças, de ambos os gêneros, com idade entre seis e onze anos, que revela baixa ingestão de alimentos fontes de fibras dietéticas e ingestão deficiente de cálcio (*American Dietetic Association*, 2004).

Segundo a Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição⁹ (1990), necessidades nutricionais são as quantidades mínimas de um determinado nutriente biodisponível¹⁰ nos alimentos, que um indivíduo deve ingerir para satisfazer todas as necessidades fisiológicas e manter a saúde.

Segundo a legislação da alimentação escolar, os 15% das necessidades nutricionais diárias exigidas correspondem a um valor nutricional de 350 quilocalorias (kcal) e 9 gramas de proteína, por cardápio, no mínimo. Na elaboração de um cardápio correto e equilibrado é importante incluir, em cada refeição alimentos construtores¹¹, energéticos¹² e reguladores¹³. Portanto, no planejamento do cardápio devem ser considerados alguns aspectos técnicos

⁸ Conforme resolução número 015, de 25/08/2000 capítulo III - Do cardápio da alimentação escolar art.5...

⁹ SBAN (Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição)

¹⁰ Biodisponível: entende-se por toda substância que é digerida, absorvida e utilizada pelo organismo.

¹¹ Construtores: grupo alimentar responsável pelo fornecimento de material para a construção e reparo dos tecidos.

¹² Energéticos: grupo alimentar responsável pelo fornecimento de energia ao organismo.

tais como: a escolha dos alimentos, composição química e compatibilidade entre os ingredientes.

Entretanto, a introdução de alimentos saudáveis na alimentação escolar será mais facilitada pela inclusão nos cardápios de alimentos já incorporados aos hábitos diários dos alunos. A lei que regulamenta a alimentação escolar deixa bem claro que um planejamento alimentar adequado irá contribuir para o desenvolvimento intelectual e físico dos alunos inseridos no programa, portanto, a alimentação do pré-escolar e escolar deve ser rica em ferro, cálcio necessário para a mineralização adequada e manutenção do crescimento ósseo. Além disso, a alimentação precisa ser enriquecida de vitaminas e minerais.

Ainda a dieta deve fornecer energia adequada para sustentar um ótimo crescimento e desenvolvimento sem excesso de gordura, os carboidratos fermentáveis devem ser controlados para uma boa saúde dental e as fibras devem estar presentes para auxiliar no bom funcionamento do intestino. Na fase escolar, muitas crianças e jovens necessitam de orientação sobre o consumo de alimentos. Nesta fase, as escolhas feitas de forma impensada poderão ocasionar grandes problemas futuros. Um aspecto que deve ser considerado na alimentação escolar, e que tem sido alvo de grandes preocupações de pais, educadores e médicos é a obesidade infantil, a qual está diretamente relacionada à elaboração de um cardápio inadequado e às questões referentes a segurança alimentar.

A obesidade tem tido suas origens na infância onde, aliada aos meios de comunicação, existe um fortalecimento do consumo de alimentos inadequados e bastante calóricos tais como: refrigerantes, balas, doces, sanduíches, etc., e ausência de alimentos ricos em vitaminas, em especial verduras e frutas.

Atualmente, a obesidade representa um dos mais graves problemas de saúde pública no mundo, além de manter célere o seu ritmo de expansão, sem distinguir raça, gênero, idade ou nível social (Daniels *et al.*, 2005).

A maneira de apresentar as informações sobre nutrição aos jovens e crianças deve ser feita de forma educativa, com experiências vivenciais e com

¹³ Reguladores: grupo alimentar responsável pela regulação das funções do organismo.

o envolvimento dos interessados nesta discussão. É um papel que requer um educador que possa facilitar esta comunicação e promover a participação sem imposição de conceitos ao grupo.

Burton (1979) afirma:

“... Como a aplicação diária do conhecimento nutricional baseia-se nos progressos científicos da área, uma proporção significativa da população não desfruta do alto nível de saúde mental e vigor físico que potencialmente se poderia obter. A educação nutricional surge como o meio mais promissor para acabar com essa diferença. Mais ainda, a educação nutricional é responsável e importante para corrigir informações erradas assim como para fornecer dados certos” (Burton, 1979, p.533).

Neste sentido, será imprescindível perceber que a educação nutricional envolve várias áreas do conhecimento humano, estando enraizada em valores que norteiam todo um processo educacional.

“... a questão da alimentação não se resolve somente pela adaptação das recomendações às diferentes realidades, mas, sobretudo pela acessibilidade da população a uma dieta que satisfaça as recomendações energéticas e nutricionais... a consideração da construção social de um grupo e de sua história possibilita compreender os problemas nutricionais e pensar em alternativas possíveis para sua redução num campo de ação onde a questão nutricional articula-se com questões políticas, sociais, econômicas, etc.” (Benevenuto, 1993, p.210).

Enfim, a preocupação com uma alimentação equilibrada e saudável deve estar interligada a questões educacionais, visto que só através da educação pode-se mudar o comportamento das pessoas. Massol (1997) já afirmava:

“Há que se reconhecer a grande dificuldade que se prende à informação nutricional [...] Existe uma relação entre alimentação, bem-estar, qualidade de vida e saúde, ao mesmo tempo imediata e nos dias vindouros em promover conceitos positivos ao invés de conceitos negativos feitos de proibições [...]”. (Massol, 1997, p. 137)

Contreras (1992) ressalta que é na história de cada sociedade ou cultura, que se pode encontrar o significado e as razões para as preferências e as aversões individuais ou coletivas, em suma, o que o alimento representa num meio social.

Esta citação contempla uma riqueza de conceitos, visto que é de suma importância o estudo e conhecimento dos aspectos culturais de uma sociedade para compreensão de sua realidade. O alimento representado num

determinado meio social pode ter um significado muito diferente em comparação com outra localidade.

1.4 Desenvolvimento Rural Sustentável.

A preocupação ecológica passou a ser uma variável importante a ser considerada pelas administrações públicas após o movimento da ECO-92¹⁴, quando as cidades passaram a ser entendidas como capital coletivo¹⁵ e tem buscado maior qualidade ambiental. As administrações públicas procuram atualmente se adequar às exigências da lei e buscam desenvolver uma gestão que assegure a preservação ambiental. O planejamento participativo envolve assumir responsabilidades com a finalidade de um desenvolvimento que beneficie toda comunidade.

Cascino destaca a elaboração do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, durante a realização da ECO-92 que diz o seguinte:

A educação ambiental deve tratar das questões globais críticas, suas causas e inter-relações em sua perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados com o desenvolvimento e o meio ambiente, como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira (Cascino, 1999, p. 44).

Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Nesta perspectiva encontra-se a principal diferença entre crescimento e desenvolvimento, pois o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a

¹⁴ ECO 92: Conferência ocorrida no Rio de Janeiro no ano 1992, reunindo diversos países para discussão de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável em escala planetária

¹⁵ Capital coletivo: entendimento pela população da importância das cidades como um valor ambiental, social e sustentável.

qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

Na tentativa de chegar ao desenvolvimento sustentável sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

Neste contexto, é fundamental associar o programa de alimentação escolar com projetos de educação ambiental nas escolas, com o propósito de promover um desenvolvimento sustentável do município. Os projetos ambientais a serem desenvolvidos pelas escolas poderão ser relacionados à questão alimentar, no sentido de sugerir projetos de hortas e pomares dentro do espaço escolar, onde os alunos poderão participar plantando, cuidando e colhendo os alimentos para seu consumo. Digo que, com a participação dos alunos nesses projetos a valorização da alimentação escolar se dará de forma eficaz, pois com a vivência dos alunos a aprendizagem ocorrerá dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável. Quanto ao significado de desenvolvimento sustentável, Cavalcanti (1995) apresenta a seguinte definição:

"Equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social" (Cavalcanti, 1995, p.429).

Para Stake (1991, p.9), para ser sustentável o desenvolvimento precisa levar em consideração fatores sociais, ecológicos, assim como econômicos; as bases dos recursos vivos; as vantagens e desvantagens das ações, alternativas a longo e curto prazo.

Em essência, as gestões públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável devem atender as necessidades e aspirações humanas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente. Pensar no desenvolvimento sustentável é o grande desafio deste século; pois nossas atitudes poderão comprometer as gerações futuras. Segundo Leff (2000):

A qualidade de vida está entrelaçada com a qualidade do ambiente e com a satisfação das necessidades básicas, com a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, com o aproveitamento integrado dos recursos naturais e com a sustentabilidade ecológica do habitat (Leff, 2000, p. 223).

As administrações municipais que se orientarem pelo conceito de desenvolvimento sustentável terão que trabalhar para que as economias em crescimento permaneçam ligadas a suas raízes ecológicas, colocando a proteção ao meio ambiente como algo inerente ao desenvolvimento.

Reafirmando esses paradigmas, Araújo (2000) afirma que:

“A alimentação influencia decisivamente a saúde do homem, por relacionar-se com nutrição, sobrevivência, desempenho na vida e conservação da espécie, além de recentemente ser apontada como um dos fatores mais importantes para a longevidade com qualidade de vida”.(Araújo, 2000, p.45)

A afirmativa de Araújo revela a importância da alimentação para a qualidade de vida em bases sustentáveis. O município deve propor ações que tratem a questão alimentar, voltada para o fortalecimento do desenvolvimento local, em parceria com a comunidade numa gestão participativa. Neste contexto, a municipalização da merenda favorece este vínculo entre o produtor rural e o mercado da merenda escolar, quando busca resgatar a melhoria da qualidade de vida das famílias, mantendo ligada à cultura ao meio ambiente em bases sustentáveis.

Tal como entende Vianna e Tereso (1997) a municipalização da merenda foi fundamental para que os municípios decidissem por implementar projetos de produção de alimentos, com a finalidade última de encontrar alternativas para o fornecimento de gêneros para as escolas, e, sobretudo, colocaram na agenda das administrações municipais o comprometimento com a questão da alimentação.

Não podemos esquecer que a alimentação está diretamente ligada às questões ambientais, portanto, priorizar a merenda orgânica¹⁶ faz com que ocorra melhoria nos hábitos alimentares e focaliza a criança como parte integrante do meio ambiente. É necessário incentivar os produtores na produção de alimentos orgânicos, modificando todo o sentido de apenas produzir alimentos para a merenda.

Não só é importante refletir sobre o valor nutritivo da merenda, mas é fundamental propor projetos ambientais dentro da escola como, por exemplo, a

criação de hortas escolares com a participação dos estudantes, pois quando as crianças e jovens participam da plantação e cultivo das hortas escolares, passa a existir um elo fortalecido entre a teoria e a prática da educação ambiental. Com isso, as possibilidades de transformações e consumo dos alimentos tornam-se viáveis e desenvolvem a apreciação pela alimentação escolar.

O campo de estudos sobre alimentação contemporânea é vasto, e, além de discorrer-se a respeito dos hábitos alimentares e suas conseqüências, não podem deixar-se de mencionar as inúmeras irregularidades em, praticamente, todos os grupos de alimentos. Conforme Proença (2002, p.33), "... desde excesso de agrotóxicos em produtos vegetais, parasitas, hormônios, drogas veterinárias em produtos animais e o uso de aditivos polêmicos em produtos industrializados".

Percebe-se que o desafio da nutrição é muito grande. A alimentação contemporânea e seus hábitos alimentares têm sido foco de inúmeras investigações científicas, devido ao aumento de sobrepeso e obesidade, principalmente no mundo ocidental; sem uma proposta ambiental efetiva a questão alimentar têm gerado comportamentos compulsivos que agridem o meio ambiente através da geração de lixo e de práticas agrícolas inadequadas.

A educação ambiental deve levar o homem a viver em harmonia com a natureza, passando pela participação de todos os cidadãos na solução e prevenção de problemas ambientais. Para isso, é necessário compreender o meio ambiente, a relação existente entre os ecossistemas naturais e os sistemas sociais. Como nos lembra Capra (1998),

Há uma preocupação crescente com a ecologia, expressa por movimentos de cidadãos que estão se organizando em torno de questões sociais e ambientais, apontando os limites para o crescimento, advogando uma nova ética ecológica e desenvolvendo apropriadas tecnologias "brandas" (*soft*). (...)Esses novos valores estão sendo promovidos pelo movimento do "potencial humano", pelo movimento da "saúde holística" e vários movimentos espirituais (Capra, 1998, p. 43).

As políticas ambientais municipais devem buscar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, para que as economias locais cresçam e

¹⁶ Todo o sistema de produção agrícola que não utiliza fertilizantes, defensivos e ingredientes químicos sintéticos.

permaneçam ligadas as suas raízes ecológicas, levando sempre em conta as conseqüências da destruição ambiental e da importância do fortalecimento da agricultura familiar para melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores. Pela tradição da produção local, algumas atividades constituem oportunidades concretas de desenvolvimento econômico local (produção de banana, feijão, milho, mandioca). “Se o agricultor tem renda e sua auto-estima é resgatada, ele fica no campo. Isso melhora a qualidade de vida no interior e conseqüentemente, nas cidades”, afirma Schmidt (1987). O estímulo a estratégias de cooperação entre os agricultores para o fornecimento de produtos para a merenda escolar poderia se converter numa alavanca para o desenvolvimento municipal, que no momento carece de iniciativas e políticas neste sentido. Novas exigências ligadas ao mercado a favor de produtos que usam menos insumos químicos, o interesse por produtos orgânicos e a preocupação pelo meio ambiente têm sido evidentes na atualidade. Mas do que sensibilizar, é preciso entusiasmar as comunidades para inseri-las e comprometê-las ao dinamismo e às transformações do mundo moderno.

Conforme Itacarambi (1986, p.52), “os programas municipais de alimentação indicam o caminho a seguir. Não por sua dimensão econômica, mas pelo seu significado político”.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local sustentável não depende tanto das potencialidades produtivas, nem das vantagens naturais. Depende essencialmente das capacidades humanas, das energias afetivas, das articulações em rede dos atores sociais e institucionais para impulsionar projetos comuns.

Para que o desenvolvimento local sustentável ocorra será necessária toda uma política municipal que favoreça ao empreendedorismo para a comunidade. Para Franco (2000), o empreendedorismo significa protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre os diversos âmbitos políticos-sociais que a caracterizam. Em poucas palavras: assumir responsabilidade pela construção de seu próprio destino. Aqui estão embutidos dois conceitos importantes; a capacidade da comunidade de tornar dinâmicas suas potencialidades e a localidade como palco em

desenvolvimento, Isto é, como palco para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação.

Portanto, através do empreendedorismo qualquer sonho coletivo deve perseguir a construção permanente do que pode ser chamado de desenvolvimento da comunidade.

O desenvolvimento de comunidade a ser proposto é aquele que tem por fundamental (...) melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável). (Dolabela, 2003, p.49).

Com a possibilidade do desenvolvimento da comunidade surgirá o capital social que, conforme Dolabela (2003) pode ser entendido como a capacidade dos membros de uma comunidade organizarem-se em torno da solução de seus problemas, e da construção de sua prosperidade social e econômica.

Portanto, o desenvolvimento local produz um ambiente de solidariedade e confiança, onde as potencialidades produtivas irão contribuir para melhorar as condições de interferência na realidade e uma predisposição à realização de mudanças.

O desenvolvimento local, de certo modo, troca a generalidade abstrata de uma sociedade global configura a semelhança ou como suporte do Estado (como é o caso das chamadas sociedades de massa) pelas particularidades concretas das múltiplas maiorias sociais orgânicas que podem projetar (...) futuros alternativos para coletividade e, sobretudo, antecipar esses futuros em experiências presentes. Objetivamente o desenvolvimento local "produz" comunidade ou cria um contexto onde se manifesta um *etos* de comunidade (Franco, 2001, p.33).

Para que haja o desenvolvimento local sustentável será necessária toda uma política municipal que promova uma visão empreendedora para a comunidade. Pois, à medida que, os produtores da localidade compreenderem a importância de ações comunitárias haverá certamente uma mudança de comportamento no sentido da melhoria da qualidade de vida.

1.5 O Município de São João Evangelista – MG

O município de São João Evangelista, com área de 480km², possui população de 15.224 habitantes, densidade populacional de 31,83 habitantes por km²; apresenta um PIB total de R\$ 15.636.992,50, PIB por habitante de R\$ 1.027,13, escolaridade média de 5,5 anos, e IDH de 0,55. Conta com aproximadamente 785 propriedades rurais que exploram principalmente bovinocultura de leite, milho, feijão, café, silvicultura, apicultura, 172 estabelecimentos comerciais e 23 pequenas indústrias. Possui energia elétrica e é servida pelos serviços de telefonia e por estradas asfaltadas no sentido de Belo Horizonte (280km), Governador Valadares (165km) e Diamantina (150km).¹⁷

O município está localizado no centro nordeste mineiro, numa região rica em recursos naturais, embora pouco explorada. A FIGURA 1 representa o mapa de Minas Gerais e a localização do município de São João Evangelista-MG.

¹⁷ Dados do IBGE



FIGURA 1 – Localização de São João Evangelista-MG
 Fonte: DER/MG, 2000.

Sua população sobrevive de atividades ligadas à agricultura e ao comércio local e 90 % das crianças está matriculada e freqüenta regularmente as escolas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município atende 1.219 crianças nas dez escolas existentes, sendo três na área urbana e sete na área rural¹⁸. Foram destinados R\$ 5,1 bilhões a merenda escolar do país para alunos da pré-escola e do ensino fundamental e de crianças mantidas em entidades filantrópicas com registro no Conselho Nacional de Ação Social¹⁹. Portanto, é necessário salientar que a gestão da alimentação escolar municipal poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida²⁰ da

¹⁸ Dados do censo escolar de 2004

¹⁹ Segundo o FNDE/MEC de 1995 a 2001,

²⁰ “Qualidade de vida é todo bem-estar produzido por elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos, etc., que configuram com as dimensões do ter e do possuir, mas também do ser, do viver em condições de produzir, de gerir e de usufruir dos bens e serviços necessários e disponíveis na sociedade” (Ferreira,1986).

população envolvida e principalmente para reduzir o cenário de fome, doenças e pobreza.

No município de São João Evangelista-MG a operacionalização do programa é centralizada; isto ocorre quando as Secretarias Estaduais de Educação ou prefeituras executam o programa em todas as suas fases, ou seja, recebem, administram e prestam contas do recurso ao Governo, são responsáveis pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios, juntamente com o conselho municipal de merenda escolar.

No caso do município de São João Evangelista faz-se necessária a complementação do recurso através de parcerias; são feitas parcerias com a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG através do fornecimento de legumes, verduras, leite e com a comunidade escolar através da doação de frutas, legumes, hortaliças e mão-de-obra na manutenção de hortas escolares.

Segundo entrevista com o técnico em Economia Doméstica responsável pela gestão da alimentação escolar do município, o sistema de abastecimento é mensal, sendo adquiridos os seguintes alimentos: leite em pó, carne bovina, ovos, sal, toucinho, frango, queijo, macarrão, achocolatado, açúcar, alho, biscoito, café, caldo de carne, colorau, canjiquinha, farinha, feijão, fubá e óleo. As hortaliças são fornecidas pelas hortas cultivadas em nove escolas municipais, as quais produzem para o próprio consumo. Além dessas hortas, existe uma horta em maior extensão, localizada num terreno da prefeitura, no meio rural, que abastece outras escolas municipais. A prefeitura afirma que as hortas escolares são cultivadas sem o uso de agrotóxicos²¹ o que permite uma alimentação mais saudável para crianças e jovens, assim como a utilização das hortas como objeto de estudo para a educação ambiental. As escolas pesquisadas possuem um projeto de educação ambiental o qual é desenvolvido pelos estudantes durante o ano letivo. O plantio e a manutenção das hortas são feitos pelos próprios funcionários e alunos da escola, dentro de

²¹ Agrotóxicos são produtos químicos utilizados no combate e prevenção de pragas agrícolas.

uma proposta pedagógica de educação ambiental²². Nas escolas municipais são realizadas palestras para alunos e familiares sobre alimentação saudável.

O fornecimento de leite *in natura* ocorre com a parceria da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG, que doa o alimento para as escolas municipais. A elaboração dos cardápios das escolas está sob a responsabilidade de um técnico em Economia Doméstica contratado pela prefeitura que administra e gerencia os recursos do programa da merenda escolar, estando diretamente ligada a Secretaria Municipal de Educação. Quando perguntado a respeito da composição do cardápio das escolas o técnico informou que os mesmos são diferenciados para as escolas do meio rural e urbano; nas escolas rurais são servidos pratos salgados, por exemplo: canjiquinha, caldos de feijão e mandioca, galinha com arroz, sopas e etc., e nas escolas urbanas o cardápio é composto por alimentos doces sendo servidos mingaus, canjica, arroz doce e etc. e alimentos salgados, sendo observadas as necessidades das mesmas. O responsável técnico da merenda justifica esta diferenciação pelo poder aquisitivo dos alunos; após verificação no cadastro socioeconômico das crianças observou-se que nas escolas urbanas algumas crianças matriculadas são oriundas de famílias de classe média, portanto a merenda é uma complementação alimentar, enquanto nas escolas rurais a merenda compreende a refeição diária mais completa, tornando-se um vínculo entre a criança e a escola. Muitas vezes, os responsáveis pelas crianças buscam as matricular nas escolas do meio rural no sentido de assim garantir para elas o suprimento das necessidades básicas de alimentação.

Sabe-se que não havendo dados que comprovem a necessidade do cardápio diferenciado, torna-se incorreto afirmar que as pessoas que possuem uma renda melhor possuem uma alimentação mais completa e faz-se necessário avaliar se o cardápio dessa forma atende realmente as necessidades nutricionais desejadas.

²² As escolas possuem em sua matriz curricular uma proposta de educação ambiental, propondo desenvolver projetos que valorizem o meio ambiente e inserindo as crianças em ações educativas como por exemplo: plantação e cultivo de hortas. A educação ambiental está diretamente ligada à questão da cidadania, resgatando valores que beneficiem toda a sociedade.

Nota-se, portanto, a necessidade de pesquisas e obtenção de dados que possam avaliar algumas ações dessa gestão.

CAPÍTULO II

RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Percepção dos Alunos em Relação à Merenda Escolar

Foram entrevistados 300 alunos, em três escolas sorteadas, sendo: duas localizadas na zona urbana e uma localizada na zona rural (Escola Prefeito Alberto Pimenta; meio urbano e total de 294 alunos, Escola José Guimarães; meio urbano e total de 468 alunos e Escola Antônio Medina Cardoso; meio rural e total de 216 alunos matriculados), na faixa etária de 7 a 12 anos, sendo 144 do sexo feminino e 156 do sexo masculino. Os questionários aplicados contém perguntas estruturadas e semi-estruturadas.

Na FIGURA 2 está demonstrada a distribuição dos alunos entrevistados por série freqüentada e sexo. Escolas Municipais de São João Evangelista, MG, 2005.

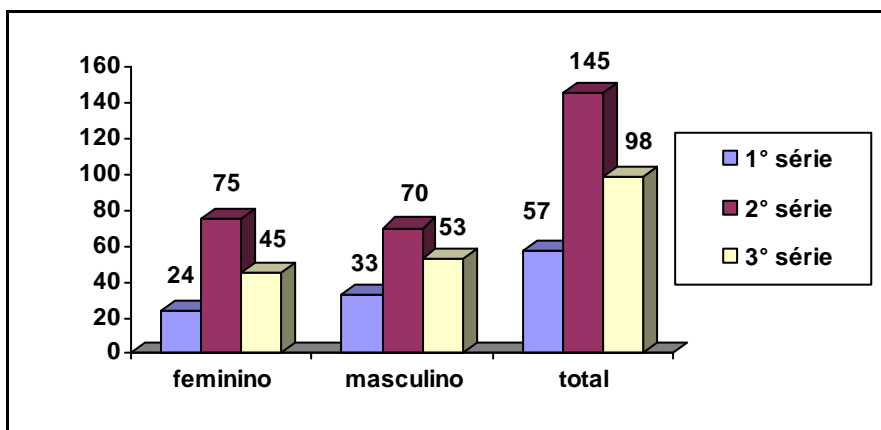


FIGURA 2 - Distribuição dos alunos entrevistados por série e sexo.

Com relação às preferências relacionadas ao cardápio nas escolas pesquisadas verificaram-se os seguintes resultados apresentados na TABELA 1. É importante citar que as crianças receberam um questionário, contendo as opções de cardápio, podendo marcar as opções que desejassem. Observou-se que algumas crianças entraram em contradição marcando os mesmos alimentos que gostavam e os que menos gostavam. A entrevista foi fundamental para compreensão dos dados.

Na TABELA 1 estão demonstrados os dados sobre os alimentos que as crianças mais gostam e que menos gostam.

TABELA 1 – Preferência dos alunos em relação aos alimentos servidos nas escolas

Cardápio	Escola Municipal Prefeito Alberto Pimenta			Escola Municipal Antônio Medina Cardoso			Escola Municipal José Guimarães		
	Gostam	Não gostam	Não resp.	Gostam	Não gostam	Não resp.	Gostam	Não gostam	Não resp.
Arroz com frango	78%	3%	19%	73%	10%	17%	90%	10%	0%
Feijão tropeiro	69%	21%	10%	71%	11%	18%	56%	29%	15%
Salada	61%	16%	23%	65%	16%	19%	58%	22%	20%
Arroz doce	58%	19%	13%	67%	17%	16%	63%	35%	2%
Canjiquinha com carne de boi	57%	20%	23%	58%	27%	15%	35%	55%	10%
Tutu de feijão	52%	22%	16%	54%	24%	22%	33%	43%	24%
Farofa de arroz com ovos e cenoura	52%	24%		69%	14%	17%	67%	20%	13%
Feijão inteiro	51%	25%		56%	28%	6%	40%	30%	30%
Sopa de macarrão	37%	40%		48%	32%	20%	33%	55%	12%
Arroz simples	50%	22%		55%	25%	20%	42%	35%	23%

O prato preferido pelas crianças das três escolas pesquisadas foi o frango com arroz, merecendo uma reflexão, visto que a escolha pelos estudantes reforça a questão dos hábitos alimentares, pois na maioria das casas do município verificou-se pela observação dos hábitos alimentares locais que a “galinhada ou galinha com arroz”, é bastante apreciada; esta preferência reforça a questão cultural já que é um prato tradicional nos almoços de domingo das famílias, feito com caldo e geralmente com arroz limpo no pilão, o qual confere um sabor especial à preparação.

Este fato reforça a citação descrita abaixo:

“O comportamento alimentar tem suas bases fixadas na infância, transmitidas pela família e, desta forma, a frequência com que os pais adotam e preservam hábitos alimentares saudáveis pode estar associada à ingestão alimentar e repercutir em longo prazo sobre o desenvolvimento do consumo dos alimentos dos filhos” (Davanço, Taddei, Gaglianone, 2004, p 52).

Em oposição à questão anterior foi perguntado aos alunos “o que eles menos gostam”. Verificou-se que a maioria dos entrevistados não gosta de sopa de macarrão.

Com a obtenção desses dados é necessário observar que quase a metade do universo de alunos pesquisados não gosta da sopa de macarrão; sendo um número significativo; merecendo atenção quanto ao motivo desta afirmação. Esses dados refletem uma realidade que deve ser investigada, pois o macarrão é um alimento bastante consumido e geralmente apreciado na maioria das casas; tendo observado a preparação da merenda em todas as escolas pesquisadas, pude observar que a forma de preparação e o tempo de cozimento são os motivos principais deste rechaço, uma vez que, o macarrão não sendo cozido “al dente”, o mesmo continua em processo de cozimento, não tendo aparência nem paladar agradável para a degustação. O ideal seria que o mesmo continuasse seu processo de cozimento através do acompanhamento do molho no momento de servir. Este molho, portanto, deverá ser fornecido com uma aparência que desperte o apetite das crianças e que contenha alimentos ricos em vitaminas, pela presença de verduras e legumes.

Outra observação importante foi feita durante algumas visitas às escolas, pois no momento que a merenda era servida na Escola Municipal Antônio Medina Cardoso, pude observar que o cardápio do dia era feijão simples e arroz, e 80% das crianças deixaram sobras nos pratos, quando perguntei a cantineira qual o possível motivo do desagrado da comida, a mesma me respondeu que eles não gostam de comer sem alguma verdura no prato. Segundo todas as cantineiras a sopa de macarrão quando possui legumes (batata, cenoura, chuchu) possui grande aceitação, mas geralmente tem sido feito com caldo e as crianças não gostam de comer neste dia.

Quanto à avaliação da merenda pelas crianças foram obtidos os seguintes resultados: na Escola Municipal Prefeito Alberto Pimenta - EMPAP com relação a avaliação da merenda escolar, do total de alunos entrevistados, 70% considera a merenda ótima, 10% considera a merenda boa, 6% considera a merenda regular, 2% considera a merenda ruim e 12% não quiseram responder a pergunta. (FIGURA 3).

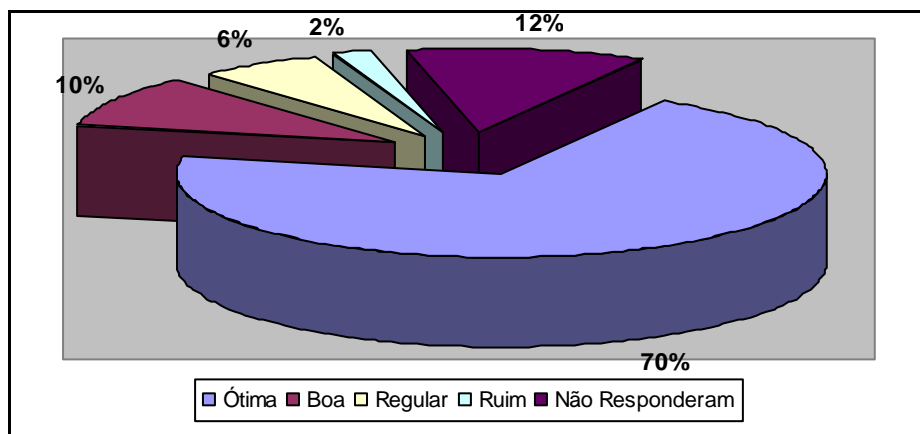


FIGURA 3 – Avaliação da merenda escolar pelos alunos – EMPAP.

Por este gráfico, conclui-se que a merenda é considerada ótima pela maioria dos entrevistados.

Na Escola Municipal Antônio Medina Cardoso - EMAMC em relação à avaliação geral da merenda escolar, 57% consideram-na ótima, 35% consideram-na boa, e 2% consideram-na ruim e não responderam 6% (FIGURA 4).

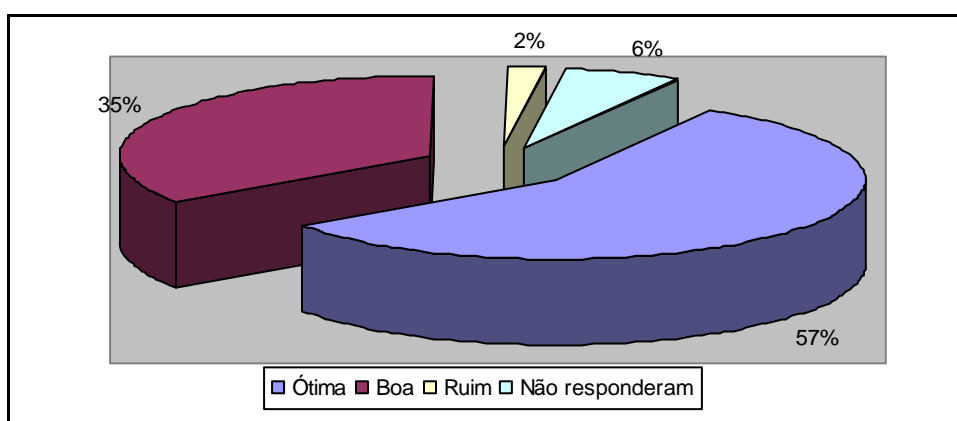


FIGURA 4 - Avaliação da merenda escolar pelos alunos – EMAMC.

Percebe-se, portanto que 92% consideram a avaliação da merenda entre boa e ótima.

Na Escola Municipal José Guimarães – EMJG o resultado da avaliação da merenda foi o seguinte: de forma geral 56% a considera ótima, 36% a considera boa, 7% considera a merenda regular e nenhum aluno considera a merenda ruim. Apenas 1% não respondeu a pergunta. Conclui-se pelos dados apresentados que a merenda possui uma entre boa e ótima pela maioria dos entrevistados (FIGURA 5).

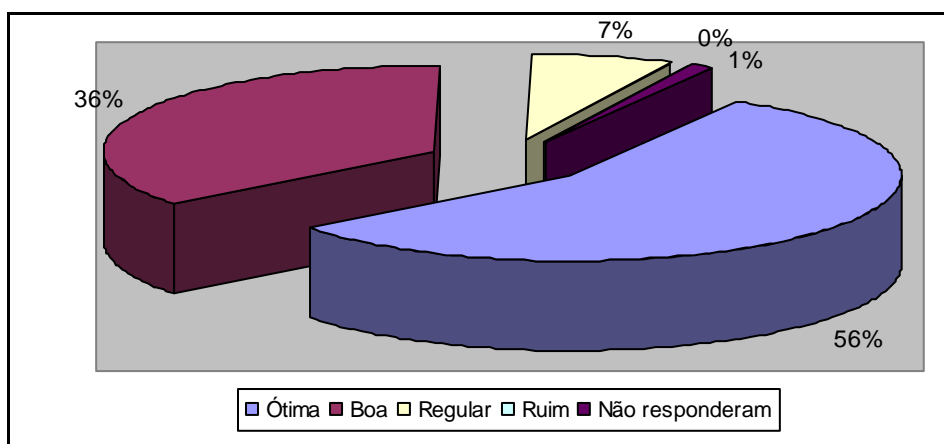


FIGURA 5 - Avaliação da merenda escolar pelos alunos – EMJG

Quando perguntados sobre o porquê da avaliação dada à merenda na Escola Prefeito Alberto Pimenta, 48% responderam que é porque ela é saborosa, saudável, gostosa e com vitamina; 22% disseram que é porque as cantineiras fazem a merenda com amor e carinho, 5% responderam é porque ela é ruim e 25% não quiseram responder a pergunta (FIGURA 6).

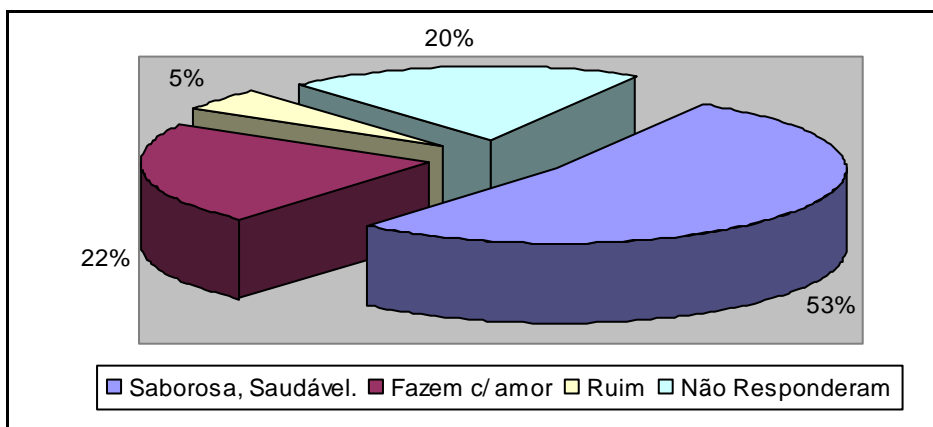


FIGURA 6 – Avaliação das respostas obtidas na FIGURA 3 – EMPAP.

Ao responderem o porquê da avaliação na Escola Municipal Antônio Medina Cardoso 40% responderam que as cantineiras fazem a merenda com amor, 30% porque a merenda é boa, 17% porque é gostosa e 13% não responderam (FIGURA 7).

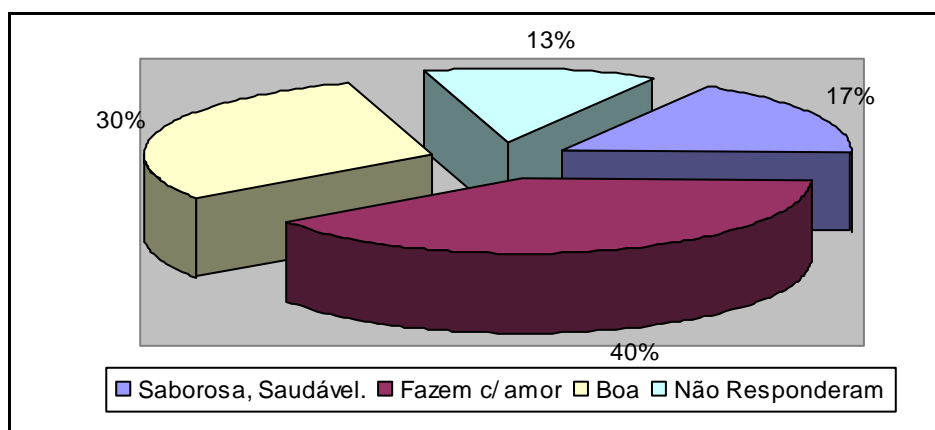


FIGURA 7 – Avaliação das respostas obtidas na FIGURA 3 – EMAMC.

Alguns depoimentos ilustram o exposto:

“O que comemos é muito importante, porque a cantineira faz com amor”.(menina, sete anos, primeira série).

“Porque a merenda é ótima? É porque a cantineira é nota 1000”.(menina, oito anos, segunda série).

“A comida é boa, eu não acho ótima”.(menino, sete anos, primeira série).

“A merenda na escola é doce, e eu não gosto de merenda doce”.(menino, oito anos, segunda série).

Ao justificarem a resposta sobre a avaliação da merenda na Escola Municipal José Guimarães, 40% considera a merenda gostosa e com variedade, 39% diz que é porque ela é feita com carinho e capricho, 9% responderam que é porque ela é mais ou menos, 4% porque é boa e 1% porque é salgada. Não responderam sete alunos (FIGURA 8).

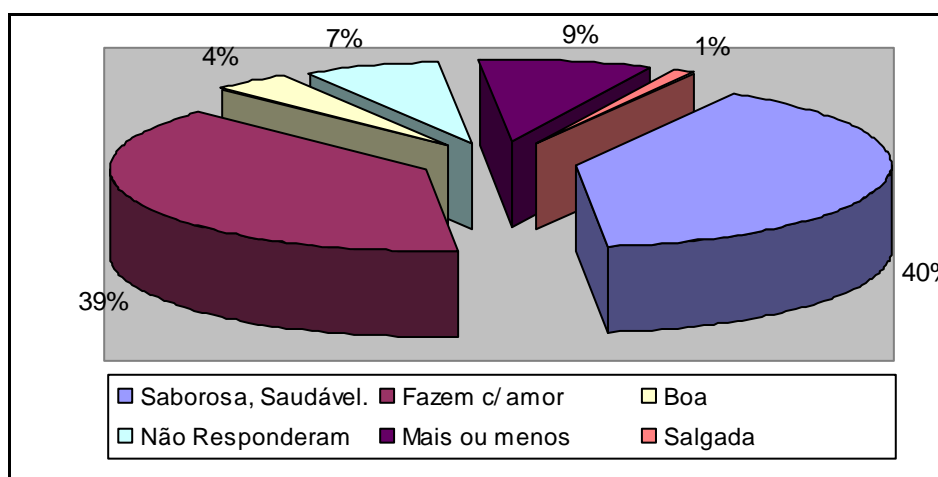


FIGURA 8 - Avaliação das respostas obtidas na FIGURA 3 – EMJG.

Os depoimentos das crianças ilustram o exposto:

“Acho a merenda regular, porque a merenda é salgada”.(menina, dez anos, terceira série)

“Porque ela é gostosa, e às vezes tem variedade de verdura, como couve, cenoura e alface”.(menino, oito anos, segunda série)

“Porque as cantineiras fazem a merenda com capricho e ela fica mais gostosa. Elas deixam a gente repetir, se quiser”.(menino, nove anos, segunda série)

Em todas as respostas obtidas, a avaliação da merenda aponta por um dado relevante, que é a relação entre a cantineira e as crianças. Este vínculo reforça a importância do afeto nas relações e a confiança entre aquela que prepara a merenda, sendo um elemento fundamental no processo alimentar e nutricional.

Na Escola Prefeito Alberto Pimenta por questões de analogia, os alunos foram indagados sobre seus hábitos e preferências alimentares domésticos, e quais alimentos gostariam que fossem acrescentados na merenda escolar (TABELA 2). Verificaram-se as seguintes sugestões de inclusão no cardápio: 30% gostam de banana verde frita, sopa de banana verde e farofa de banana, 22% gostam de canjica grossa, lingüiça, carne moída e frango assado, 19% gostam de bolos de mandioca, fubá e chocolate, 17% gostam de batata frita, 15% gostam de macarronada e de mandioca cozida, 13% gostam de banana madura, 12% gostam de lasanha e frutas (laranja, maçã e morango), 10% gostam de beterraba, cenoura, inhame, 7% gostam de mexido (preparação feita com arroz, feijão, ovos, farinha de mandioca e de milho) e 05% gostam de cereais.

TABELA 2 – Nível de preferência por determinados alimentos na EMPAP

Quais alimentos você gostaria que existissem na merenda?	
Banana madura	13
Banana verde frita, sopa de banana verde, farofa de banana	30
Batata frita	17
Bolos (mandioca, fubá, chocolate)	19
Canjica grossa	22
Carne (lingüiça, carne moída, frango assado)	22
Cereais	5
Laranja, maçã, morango.	12
Lasanha	12
Legumes (Beterraba, cenoura, inhame)	10
Macarronada	15
Mandioca cozida	15
Mexido (preparação feita c/arroz, feijão, farinha de milho ou de mandioca e ovos)	7

É necessário ressaltar que apesar da sopa de macarrão ser o alimento menos apreciado pelos alunos, foram sugeridos macarronadas e lasanhas para compor o cardápio da merenda escolar. Este fato confirma a observação feita durante a preparação do macarrão, na qual pude observar atentamente que na maioria das vezes se restringe ao macarrão sem a presença de legumes ou de carne.

Em relação às preferências domésticas, nota-se que enquanto alguns alunos sugerem alimentos da própria cultura local, tais como: banana verde, “mexido”, bolo de mandioca, inhame, laranja, cenoura, beterraba, canjica grossa; outros preferem alimentos industrializados e incentivados pela mídia (bolo de chocolate, morango, cereais). Muitos alimentos citados fazem parte do cotidiano dos alunos, estando presentes em hortas e pomares domiciliares; reforçando o fato da alimentação servida em casa ter influência direta nos hábitos alimentares das crianças.

Em relação aos hábitos alimentares obtidos na entrevista aplicada na Escola Antônio Medina Cardoso, os alimentos que as crianças gostariam que estivessem presentes na merenda são: 27% sugeriram sopa de banana verde e banana frita, 26% preferem sucos (limão, acerola, laranja, maracujá), 23% preferem legumes e verduras (couve, beterraba, inhame), 19% gostariam que tivessem frutas no cardápio, tais como: laranja, banana, mamão, mexerica, 17% disseram macarronada, 14% biscoito de polvilho, 12% bolo de fubá, 10% batata frita e mexido, 8% vitamina de abacate e 6% sopa de inhame e 5% gostam de feijoada (TABELA 3).

TABELA 3 – Preferências por determinados tipos de alimentos que os alunos gostariam que fossem servidos na EMAMC

Quais alimentos você gostaria que existissem na merenda?	
Vitamina de abacate	8
Suco (limão, acerola, laranja, maracujá)	26
Sopa de inhame	6
Mexido (preparação feita com arroz, feijão, farinha de milho ou de mandioca e ovos)	10
Macarronada	17
Legumes (Beterraba, cenoura, inhame)	23
Laranja, maçã, morango	19
Feijoada	5
Canjica grossa	4
Bolo de fubá	12
Biscoito de polvilho	14
Batata frita	10
Banana verde frita, sopa de banana verde, farofa de banana	27

Alguns alimentos sugeridos pelas crianças são oriundos do cardápio servido em suas casas, uma vez que, na zona rural, os quintais das casas são grandes e são cultivadas frutas: laranja, mamão, abacate, maracujá, mexerica, limão, acerola, banana e são plantados: couve, beterraba, inhame, alface, milho, mandioca e feijão. Os pomares são utilizados para o consumo da própria família.

Apesar de nos arredores da Escola Municipal Antônio Medina Cardoso encontrarem-se plantadas árvores frutíferas, não foi presenciado serem servidas tais frutas no cardápio da mesma. Existe também uma horta escolar que abastece a merenda com algumas e verduras ao longo do ano, sendo plantadas e cultivadas pelos próprios alunos e funcionários da escola.

Repetidamente existe a controvérsia a respeito da sopa de macarrão que teve o maior índice de não aceitação na merenda, e a citação da macarronada como uma preferência alimentar em casa, e foi sugerida para compor o cardápio da merenda escolar.

Quando indaguei para as crianças como deve ser a macarronada sugerida por elas foi respondido que ela deve ter macarrão, massa de tomate, carne moída e queijo parmesão. Comida esta servida em dias de domingo ou

em festas comemorativas (Natal, Aniversários, Batizados), contrárias à sopa de macarrão composta simplesmente pelo macarrão e caldo.

Observa-se também uma tendência entre as crianças que utilizam a merenda escolar como suplemento alimentar, preferindo uma merenda composta por lanches (bolos, biscoitos e sucos) ao invés de preparações (comidas) como almoço e/ ou jantar.

Durante as visitas às casas próximas às escolas, pude observar a existência de fornos, onde são preparados bolos, biscoitos, roscas e quitandas. Em geral, as mães preparam “essas quitandas” para o lanche da família as quais são servidas acompanhadas por leite e/ ou café e oferecidas para visitantes.

É importante relatar que, na Escola Municipal Antônio Medina Cardoso, localizada no meio rural, antes das aulas iniciarem-se, as cantineiras servem para todas as crianças leite com açúcar ou leite com achocolatado para os alunos, agindo como um reforço para assistirem às aulas, uma vez que alguns percorrem alguns quilômetros para chegar à escola. Oliveira (1998) destaca que:

Um consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para crianças e adolescentes, retardo no desenvolvimento, redução na atividade física e diminuição da capacidade de aprendizagem (Oliveira, 1998, p. 45).

A respeito dos hábitos alimentares dos alunos da Escola Municipal José Guimarães e após perguntá-los quais alimentos que eles gostariam que fizessem parte do cardápio escolar, 28% responderam carne de porco, 25% frutas: abacaxi, laranja, jaboticaba, manga, acerola e banana, 17% disseram legumes e verduras (tomate, chuchu, pimentão e cenoura), 10% sopa de inhame, 6% bolo de fubá, 5% pão com molho de carne moída e 3% lasanha (TABELA 4).

TABELA 4 - Preferências por determinados tipos de alimentos que os alunos gostariam que fossem servidos na EMJG

Quais alimentos você gostaria que existissem na merenda?	
Frutas (Abacaxi, laranja, jabuticaba, manga, acerola, banana)	25
Sopa de inhame	10
Lasanha	3
Pão com molho de carne moída	5
Carne de porco	28
Bolo de fubá	6
Sopa de banana verde	4
Omelete	2
Legumes, verduras (tomate, pimentão, chuchu, cenoura)	17

Ao analisar as respostas das crianças da Escola Municipal José Guimarães é necessário apresentar sua localização dentro do município. A mesma está situada na área urbana, próxima aos morros e favelas da cidade e o seu maior público reside em suas proximidades, ficando claro que representa uma clientela de famílias bem carentes. Portanto, os alimentos citados geralmente confirmam a composição do cardápio das crianças em suas moradias, sendo alimentos cultivados nos quintais e utilizados na culinária local. Como por exemplo, o inhame, o qual é servido cozido e com açúcar ou em forma de sopa de inhame a qual é muito apreciada; em relação às frutas nativas sugeridas, estas são consumidas em abundância em época de safra (jabuticaba, manga, laranja, abacaxi, acerola, banana) e o consumo de frangos e galinhas é comum, pela grande presença dos mesmos nos quintais. Apesar da precariedade de condições socioeconômicas dessas famílias, a riqueza natural da localidade facilita a obtenção de alimentos cultivados pelos mesmos ou oferecidos pela vizinhança. Após a época de safra dos alimentos citados, a alimentação torna-se precária e pobre nas moradias, fato este confirmado no serviço de assistência social municipal. É importante comentar que para a maioria das crianças da escola, em torno de 90%, a merenda possui o significado de refeição mais completa servida no dia. Todas as crianças merendam na escola e não trazem de casa alimentos que complementam a merenda. É um universo de pessoas que possui uma trajetória de vida de pobreza e ausência de carinho e amor, sendo a escola o espaço principal onde recebem todas as orientações necessárias para a vida. Muitos dos alimentos

sugeridos por elas correspondem aos alimentos servidos em casa em momentos festivos e de recordações. Tal como é relatado abaixo:

“Quando tem visita em casa, aí tem bolo de fubá que eu adoro!” (menina, sete anos, primeira série).

“No meu aniversário de seis anos mamãe fez pão com molho e convidou meus colegas, aí ela me abraçou e eu adorei!” (menina, oito anos, segunda série).

“Vovó mora com a gente e adora sopa de banana verde. Eu aprendi a gostar da sopa com ela” (menino, dez anos, terceira série).

As escolhas e sugestões feitas pelas crianças refletem diretamente as diferentes realidades socioeconômicas das crianças da escola em estudo, conforme veremos a seguir. Estes dados foram obtidos após entrevista com as famílias dos pesquisados, não existindo dados legais que possam confirmar os resultados aqui apresentados.

TABELA 5 – Distribuição das famílias entre escolas de acordo com a renda familiar

Renda por família	E. M. P. Alberto Pimenta	E.M.Antônio Medina Cardoso	E.M. José Guimarães
Abaixo de 1 salário-mínimo	30%	68%	86%
1 salário mínimo	28%	30%	12%
1 a 2 salários-mínimos	25%	2%	2%
2 a 3 salários-mínimos	12%	0%	0%
Acima de 3 salários-mínimos	0%	0 %	0%

Na FIGURA 9 está demonstrada a importância que os alunos da Escola Prefeito Alberto Pimenta dão à merenda, destacando-se os seguintes depoimentos:

“pra crescer, saudável, forte e musculoso”(menino,nove anos,segunda série).

“pra não morrer de fome, pois lá em casa falta comida”(menina oito anos, segunda série).

“para eu ficar feliz e ter uma vida melhor”(menina, sete anos, primeira série).

“pra eu engordar, pois não quero ficar fraca”(menina, dez anos, terceira série).

“Merendar é importante porque eu consigo estudar melhor”(menino, oito anos, segunda série).

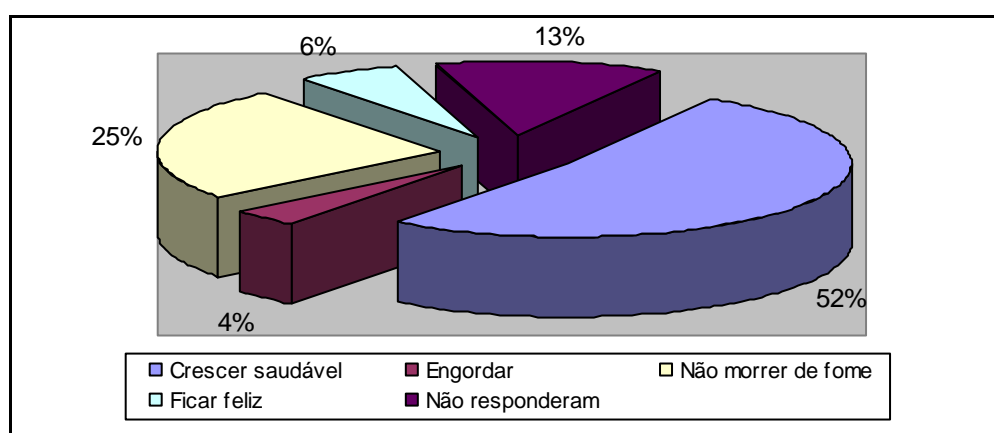


FIGURA 9 – Avaliação da importância da alimentação para os alunos – EMPAP

Analisando os dados apresentados sobre a importância da merenda percebe-se que o interesse pela alimentação escolar varia da alimentação saudável a uma alimentação para a sobrevivência. Ao analisar as respostas obtidas é compreensível que existam diferentes preocupações, uma vez que, para 70% dos entrevistados a merenda compreende a única refeição mais completa servida durante o dia e para os 30% corresponde a um suplemento alimentar.

Durante visitas à Escola Municipal Prefeito Alberto Pimenta observou-se que 38% dos alunos trazem diariamente merenda de casa, não participando da merenda servida na escola. Conforme depoimento de uma mãe de uma aluna, no início do ano de 2006, foi realizada uma reunião com os pais e professores, onde a diretora da escola pediu que os lanches que as crianças

estivessem levando para a escola fossem compostos por alimentos naturais e saudáveis. A diretora da Escola Prefeito Alberto Pimenta manifestou uma certa preocupação em relação aos lanches trazidos pelas crianças, os quais geralmente são compostos por frituras ou alimentos industrializados, visto que, as crianças devem ser estimuladas pela família a merendarem a merenda da própria escola, apenas trazendo suco para complementação da mesma. Além disso, um possível problema poderá surgir no ambiente escolar, uma vez que, ocorrerá uma certa comparação entre os alimentos servidos pela escola no Programa da Merenda Escolar e os alimentos trazidos por algumas crianças de poder aquisitivo melhor. Geralmente este comportamento das famílias tem ocasionado uma separação entre as crianças pela classe social à qual pertencem. Neste sentido Pegolo, (2005) afirma:

“A escola pode atuar como um canal para que informações relativas aos alimentos, bem como da importância de cada grupo alimentar para a manutenção da saúde, alcancem as crianças e adolescentes e, desta maneira, possibilite situação mais favorável no que se refere ao consumo também fora do ambiente escolar” (Pegolo, 2005.p.184).

Esta recomendação da escola é pertinente e muito favorável, pois possibilita uma conscientização nutricional e fortalece o vínculo entre a escola e a família. No momento que a escola convida a família a participar do processo de educação ambos serão favorecidos, pois a questão principal deste elo no momento está relacionada à promoção da formação humana das crianças e jovens matriculados.

Na FIGURA 10 está demonstrada a importância da merenda escolar citada pelos alunos da Escola Municipal Antônio Medina Cardoso, destacando-se alguns depoimentos:

“Aqui na roça a vida é difícil, tem dia que vou na escola pra poder comer.”(menino, dez anos, terceira série).

“Tudo na escola é bom, mas a merenda é importante pra fazer crescer forte e inteligente”.(menino, oito anos, segunda série).

“Às vezes eu sinto fome em casa, e fico esperando a hora de ir pra escola merendar, lá sim, não existe fome”.(menina, dez anos, quarta série).

“Quando nós merenda ficamos forte e com saúde, essa é a importância principal da merenda pra mim” (menino, sete anos, primeira série).

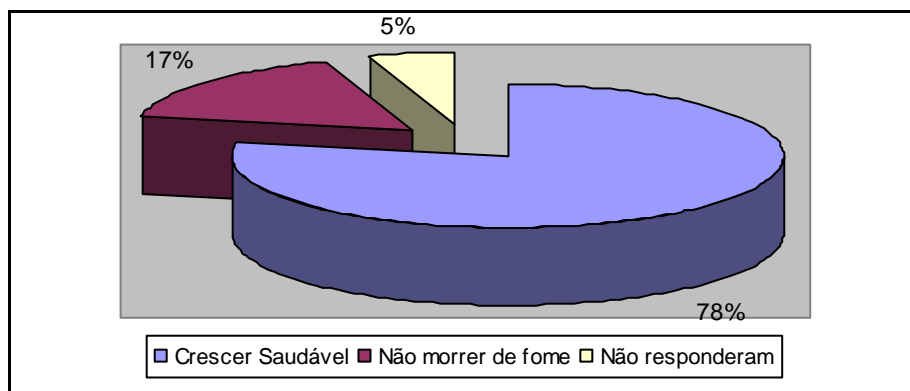


FIGURA 10 - Avaliação da importância da alimentação para os alunos – EAMC

Conclui-se que 78% dos alunos consideram importante a merenda pelo caráter nutritivo da mesma, auxiliando no crescimento saudável e inteligente e 17% consideram-na importante para suprir as necessidades básicas de sobrevivência no sentido de não passarem fome. Esses resultados retratam a realidade vivida pelas crianças dessa escola, situada numa região com fartura de frutas, legumes, leite e derivados, frangos e etc. As crianças possuem uma alimentação rica e com variedade de nutrientes, no entanto, o percentual de 17% que responderam que a merenda é essencial porque sem ela morreriam de fome, retratam a realidade das famílias compostas, às vezes, por mais de 8 filhos e que os pais passam a maior parte do tempo fora de casa, para garantir o sustento de família.

Apesar da maioria (68%) possuir uma renda inferior a um salário mínimo, a ligação com a terra é fortemente notada, em especial nas plantações de milho, feijão, mandioca e banana, e nas hortas e pomares nos quintais de casa.

Este fato reforça a escolha feita pelos alunos dos alimentos que gostariam que estivessem presentes no cardápio escolar, quando são citados alimentos pertinentes aos hábitos alimentares locais. Algumas crianças trazem para a escola laranja e banana para merendarem.

Foi observada nesta escola, a presença de comercialização de alimentos industrializados durante o horário da merenda, tais como: pipoca doce e salgada, chicletes, balas, pirulitos e “chup-chup” de “kisucos” (sucos industrializados acondicionados em pequenas sacolas plásticas e congelados).

Quando perguntado sobre o objetivo da venda, é respondido que é uma forma de arrecadar fundos para a escola.

“É importante considerar que as cantinas escolares que funcionam como” vendinhas “dentro da escola, freqüentemente comercializam alimentos com elevada densidade energética e que por tradição são amplamente divulgados pela publicidade, tais como: balas, chicletes, doces, salgados tipo” *chips* “, etc. A comercialização desses alimentos no ambiente escolar, invariavelmente, representa um entrave para a educação nutricional e a formação de hábitos saudáveis” (Danelon, 2004).

Este fato contradiz com a proposta do PNAE que é a de oferecer uma alimentação escolar saudável e regionalizada sem a presença de produtos industrializados. Pois, no momento que a escola oferece paralelamente uma merenda que deve ser paga, ela induz a criança a um consumo inadequado, dando preferência ao industrializado em detrimento da merenda natural oferecida pela escola.

Inclusive, algumas crianças compram os produtos da “vendinga escolar” e não se alimentam da merenda oferecida pela escola.

Destacam-se alguns depoimentos:

“Quando eu tenho dinheiro eu compro pipoca e chup-chup e não merendo na hora da merenda com meus colegas”.(menino, nove anos, segunda série)

“Adoro chiclete e bala, mas meu pai não dá dinheiro pra comprar, então trago uma laranja e merendo a comida da escola”(menino, oito anos, segunda série).

Quanto aos projetos didáticos pedagógicos desenvolvidos pela escola e relacionados à merenda escolar existe a produção da horta escolar com auxílio dos alunos e na Semana da Alimentação em outubro é servida merenda diferenciada com frutas na sobremesa e são desenvolvidos pelos professores trabalhos relacionados ao tema, tais como: redação, encenação e brincadeiras. Os alunos são convidados a participar de projetos em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG durante a Semana da Alimentação.

Quanto à importância da merenda para as crianças da Escola Municipal José Guimarães 59% respondeu que é para matar a fome, 28% para ter saúde e força, 5% porque é feita com carinho pelas cantineiras, é um momento afetivo

entre as crianças, ainda, 8% dos entrevistados não responderam a questão (FIGURA 11).

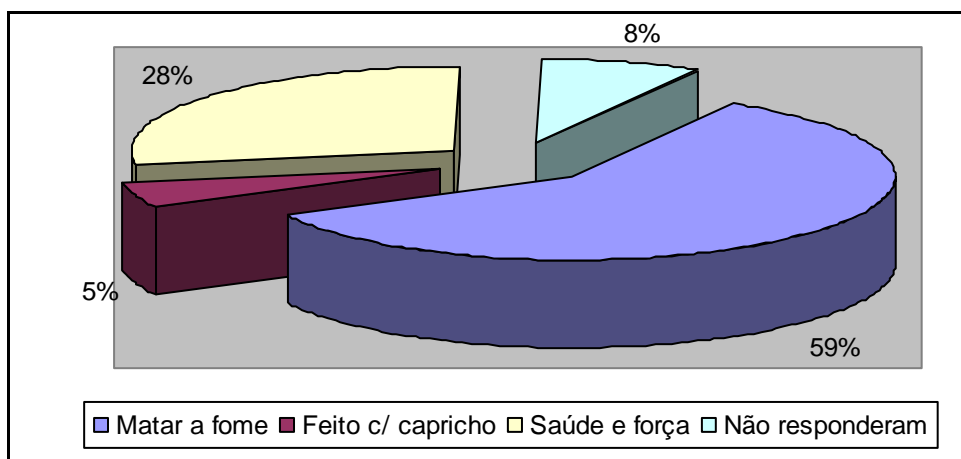


FIGURA 11 - Avaliação da importância da alimentação para os alunos – EMJG

Depoimentos das crianças relatados na pesquisa:

“A merenda é importante porque mata a fome” (menino, nove anos, segunda série).

“É muito importante para não ir para casa com a barriga vazia” (menina, dez anos, quarta série).

“Porque é importante na hora que chego em casa, eu não sinto dor de fome, por isso nunca deixo de ir pra escola”.(menina, sete anos, primeira série)

“No final do mês a comida acaba lá em casa, e mamãe fala pra eu merendar bastante na escola” (menina, nove anos, terceira série).

“Merendar pra mim, é a hora de comer comida gostosa na escola, então é hora que eu mais gosto” (menino, onze anos, quarta série).

2.2 Cardápio escolar e sua importância: uma visão segundo as cantineiras das escolas.

Foram entrevistadas todas as cantineiras das 3 escolas pesquisadas, totalizando 12 funcionárias; sendo 7 efetivas por meio de concurso pela prefeitura e 5 em regime de contrato.

A idade das cantineiras variou entre 25 a 43 anos, e o grau de escolaridade de nível fundamental a segundo grau, sendo que 5 responderam ter segundo grau e 7 já concluíram o ensino fundamental.

Ao serem perguntadas a respeito da avaliação da merenda foram obtidas as seguintes respostas: oito responderam boa e quatro responderam ótima. E quanto ao porque as respostas variavam, os depoimentos abaixo ilustram as respostas:

“Embora seja muito boa, é necessário ter maior variedade de verduras”.

“Acho ótima, pois é uma alimentação saudável e com vitaminas”.

“Poderia ser melhor se houvesse sucos naturais”.

“A gente se esforça bastante, e tem muita fartura de alimentos; para mim então é ótima”.

Quanto à oferta de treinamentos para as cantineiras, foi respondido que em 2003 foi realizado treinamento pela prefeitura municipal e a Escola Agrotécnica Federal em parceria com o SENAR-MG onde todas as cantineiras puderam participar do Curso de Manipulador de Alimentos.

Segundo informações da Secretária de Educação os funcionários municipais relacionados ao programa de alimentação escolar são capacitados através de cursos ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MG)²³ ministrados em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG²⁴, os cursos têm por finalidade, ministrar técnicas corretas de manipulação de alimentos, de forma a propiciar segurança alimentar e melhor qualidade dos alimentos produzidos.

SILVA (1998) ressalta que no caso das refeições distribuídas nas unidades de ensino a preocupação com a preservação dos nutrientes deve ser constante. No que diz respeito à vitamina c, tais perdas

²³ SENAR-MG: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais.

²⁴ Segundo informações da secretaria de educação de São João Evangelista-MG

podem ocorrer tendo em vista que a maioria das hortaliças quando incluídas no cardápio são freqüentemente submetidas a processos de cocção por períodos prolongados, acentuando as perdas indesejáveis da referida vitamina.

Conforme depoimento das cantineiras, ocorreram algumas mudanças de comportamento após o treinamento no sentido de propiciar alimentações saudáveis, higiênicas e com qualidade.

Com relação a essa fala observou-se durante as visitas às escolas, que os procedimentos técnicos das cantineiras durante a merenda são corretos, mas outros funcionários da escola (professoras, diretora) às vezes utilizam o espaço da cantina sem os cuidados necessários. Por exemplo: todas as cantineiras utilizam fardamento adequado: avental, botas, gorro e rede nos cabelos, ausência de bijuterias, e o mesmo não ocorre com outros funcionários que eventualmente freqüentam a área de preparo de alimentos.

Foi perguntado as cantineiras quais alimentos que elas observam que as crianças e jovens das escolas mais gostam e as respostas obtidas foram: arroz com frango, feijão tropeiro, feijão com arroz, farofa de arroz com ovos e cenoura. E os alimentos que eles menos gostam na opinião delas são a sopa de macarrão, a canjiquinha e o arroz doce.

Ao fazer um paralelo entre as respostas obtidas nas entrevistas com as crianças existe uma confirmação dos resultados. Visto que, o alimento citado pelas crianças e cantineiras como sendo o mais preferido é o arroz com frango e feijão tropeiro e o alimento que eles menos consomem e gostam é a sopa de macarrão. Percebe-se, portanto, a necessidade de mudar este cenário, através do estudo de outras possibilidades de receitas desse alimento dentro do cardápio. Foi observado que a sopa de macarrão servida com legumes e verduras possibilitará uma dieta rica em nutrientes e poderá ser apreciada pelas crianças.

Em relação à questão relacionada ao respeito aos hábitos alimentares das crianças no cardápio, foram obtidos os seguintes resultados: duas cantineiras responderam que o cardápio contempla os hábitos alimentares locais e dez cantineiras disseram que o cardápio oferece uma alimentação mais completa e variada em relação à alimentação servida no dia-a-dia das famílias.

Quanto às respostas obtidas nesta questão é necessário compreender qual é a concepção das cantineiras em relação aos hábitos alimentares e seu entendimento em relação ao conceito de alimentação saudável.

Ao responderem esta questão, faz-se necessário refletir sobre um comentário feito pelas cantineiras:

“Em casa, eles não têm carne pra comer, e aqui na escola, toda semana servimos carne. Aí sim estão comendo comida saudável”.

“As crianças comem em suas casas verduras, saladas e poucas vezes comem carne. Às vezes, quando tem no quintal frango e galinha, é servido no domingo uma” galinhada“, no mais, é só na escola mesmo. A vida hoje em dia está muito difícil, o dinheiro pra comprar carne não tem”.

Após ouvir este comentário percebe-se nitidamente que o entendimento de hábito alimentar saudável corresponde à existência da carne no cardápio. Conclui-se que aquelas que responderam que os hábitos alimentares saudáveis fornecidos pela merenda são melhores, podem querer significar que uma alimentação rica em carnes é uma alimentação totalmente adequada.

Ao serem perguntadas sobre a ocorrência de algum problema na gestão da alimentação escolar municipal, todas responderam que não há problemas. Na opinião delas tudo está ótimo.

Quanto a sugestões para o PNAE municipal, sete cantineiras responderam que não tem sugestões e quatro responderam que a merenda deveria conter uma maior quantidade e variedade de verduras, pois às vezes, a horta escolar não consegue abastecer adequadamente a merenda escolar. Acreditam que este seja o motivo principal das crianças não gostarem da sopa de macarrão, pois, geralmente é servido apenas o macarrão.

Outra sugestão feita por uma cantineira foi relacionada à necessidade de um forno elétrico ou a gás para as cantinas escolares. Caso existisse o forno poderiam estar preparando um alimento assado (bolos, biscoitos, pães, etc.) que além de agradar o paladar das crianças poderia estar enriquecido da multimistura²⁵. O comentário feito é:

²⁵ Multimistura é um alimento enriquecido produzido pela Pastoral da Criança, feito com farinhas, farelos; contendo vitaminas e minerais.

“Se houvesse forno, nós podia fazê biscoito, quitanda, né? Aí a gente podia colocar a farinha da Pastoral, pra nossas crianças crescê com saúde, sem anemia e forte. Pois, quando a gente vê essas crianças esperando pela merenda, é que a gente percebe como nosso trabalho é bom, como Deus coloca cada um no lugar certo; uns plantando a roça e nós aqui fazendo a comida pra eles não sentir mais fome!”

Neste momento da entrevista perguntei se a multimistura já tinha sido acrescentada na merenda em algum momento. A resposta foi negativa, pois segundo ela não é acrescentado nenhum alimento no cardápio sem autorização do técnico responsável ou da diretora da escola. Era apenas uma sugestão que ela gostaria de dar, visto que trabalhou como voluntária na pastoral da criança e pode ver ótimos resultados com a utilização da multimistura no cardápio.

Percebe-se que na fala desta cantineira existem dois pontos importantes que merecem atenção: um que se refere ao papel social que a cantineira exerce no contexto da alimentação escolar e outro ponto está relacionado à percepção da importância da merenda para a vida das crianças. Em seu depoimento ela percebe a necessidade da merenda reforçada, que possa suprir as necessidades nutricionais das crianças, sugere uma alternativa para sanar o problema e resgata a auto-estima, compreende seu papel social, enquanto merendeira da escola. Este comentário possui uma relação direta com o diagnóstico de pobreza apresentado nas escolas municipais.

Neste momento, vale ressaltar que a educação alimentar e capacitação das pessoas envolvidas na alimentação escolar são fatores de suma importância na gestão pública, pois os gestores terão que conhecer sobre segurança alimentar e toda a importância social de valorização aos profissionais envolvidos no processo.

Conforme a legislação que regulamenta a merenda escolar o programa de capacitação das merendeiras municipal deve ter como meta resgatar o prestígio e fazer com que elas reflitam sobre sua função no município, no Brasil e no mundo, função que ultrapassa o simples ato de fazer comida em quantidade e atinge a transmissão de um conhecimento alimentar básico na construção da cidadania.

Quanto à importância da merenda escolar para as crianças, todas as cantineiras responderam que a merenda representa a refeição mais completa servida diariamente pra todas as crianças das escolas. Exceto, na “Escola Municipal Prefeito Alberto Pimenta”, onde existem crianças com uma condição financeira melhor, as quais geralmente levam lanche, não merendando a merenda da escola. Porém, não existe uma postura da escola com relação a esta questão, haja vista a importância da discussão deste assunto em assembléia entre pais e mestres. A comparação entre a merenda da escola e a merenda de casa é nítida, gerando transtornos durante o momento da merenda. O depoimento reforça esta afirmação:

“Na hora da merenda na Escola Prefeito Alberto Pimenta, algumas crianças ficam sentadas numa mesa separada, merendando lanches trazidos de casa. As outras crianças ficam olhando e às vezes abandonam a merenda da escola. Acho que todos deveriam merendar a mesma merenda!”

Quando perguntadas sobre a existência de reuniões entre as cantineiras e os responsáveis técnicos pela merenda, foi respondido que sempre acontecem reuniões com o intuito de tirar dúvidas e melhorar a qualidade da merenda servida. Quando o técnico responsável pela merenda, vem fazer o abastecimento mensal, elas têm oportunidade de conversar e resolver algum problema eventual que tenha surgido.

No município são realizadas reuniões mensalmente com a coordenação e os funcionários para trocarem experiências e proporem sugestões para melhoria do trabalho realizado. Nota-se uma gestão participativa no que se refere às possibilidades de mudanças e abertura para encontrar soluções. Outro fator é referente à valorização do profissional que trabalha nos serviços de alimentação; trocar experiências e informá-los sobre a importância de seu trabalho no contexto educacional faz com que estes trabalhem de forma organizada e correta. “Quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais” (Matos, 1999, p. 26).

Quando perguntadas sobre a possibilidade do abastecimento da merenda ser feito por produtores locais, onze delas responderam que existe possibilidade, enquanto apenas uma respondeu que não é possível, pois

alguns produtores não possuem nota fiscal. Este dado apresentado ressalta uma falta de organização ou legalização dos produtores e não falta de produtos adequados para a merenda. Sobre a rotina de trabalho das mesmas, observa-se que duas cantineiras de cada escola fazem o café e a merenda, enquanto as outras duas, fazem a faxina e auxiliam na preparação da merenda. Esta rotina de trabalho sofre algumas alterações, em alguns momentos as tarefas se alternam.

Este fato traduz uma preocupação quanto à questão de segurança alimentar, visto que, quando as atividades são realizadas separadamente e com o máximo de cuidados higiênicos necessários podem-se evitar contaminações alimentares. Mas, atividades ligadas à limpeza ou faxina de ambientes poderão acarretar um comprometimento com a qualidade e segurança da alimentação a ser servida, caso ocorra uma alteração na rotina de trabalho. Essa alternância entre atividades ligada à manipulação de alimentos e limpeza merece ser avaliada pelo técnico responsável pela merenda.

Foi perguntado se são servidos alimentos que não constam do cardápio oficial da merenda escolar, e as respostas obtidas foram: sete cantineiras responderam que não; apenas são servidos os alimentos do cardápio e cinco responderam que sim; são servidos alimentos disponíveis na horta escolar, para complementar a merenda. Vale ressaltar que dentre as escolas pesquisadas da amostra, duas possuem horta escolar (Escola Antônio Medina Cardoso e Escola José Guimarães) e a Escola Prefeito Alberto Pimenta não possui espaço disponível para a horta.

Quanto à questão da importância desse tipo de pesquisa para o município de São João Evangelista, a Figura 12 demonstra as porcentagens das respostas dos servidores sendo que 66% responderam que é um trabalho muito importante, 17% responderam que é um bom trabalho e 17% não responderam a questão.

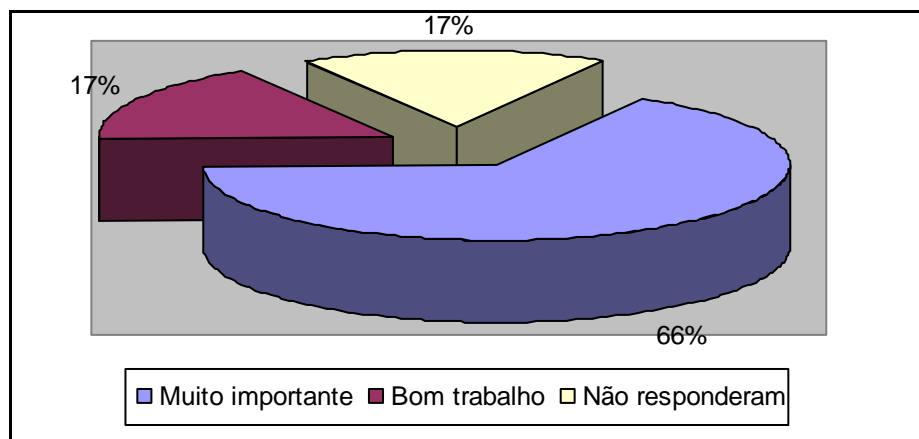


FIGURA 12 – Avaliação da importância da pesquisa pelos servidores.

2.3 Percepção dos produtores rurais de São João Evangelista em relação ao Programa de Alimentação Escolar.

Antes de relatar sobre as entrevistas feitas com os produtores rurais é necessário apresentar os produtores locais existentes e suas ocupações dentro do contexto do município.

Dentre as 785 propriedades rurais que exploram principalmente bovinocultura de leite, milho, feijão, café, silvicultura, horticultura, apicultura, existem também 172 estabelecimentos comerciais e 23 pequenas indústrias. Em especial a agroindústria tem tido um crescimento ao longo dos anos. As TABELAS 5 e 6 demonstram os dados das principais produções de São João Evangelista-MG.

TABELA 6 – Principais produtos e quantidades produzidas no município.

Produção de Lavoura Temporária	
Alho	03 toneladas
Amendoim em casca	03 toneladas
Arroz em casca	14 toneladas
Cana-de-açúcar	12.600 toneladas
Feijão em grão	740 toneladas
Mandioca	132 toneladas
Milho em grão	120 toneladas
Produção de Lavoura Permanente	
Banana	900 toneladas
Café em grão	90 toneladas
Laranja	144 toneladas

Fonte: IBGE (2003)

TABELA 7 – Principais produtos agrossilvopastoris e respectivas produções do município

Pecuária	
Bovinos	22.684 cabeças
Suínos	4.170 cabeças
Eqüinos	850 cabeças
Ovinos	70 cabeças
Galinhas	18.900 cabeças
Galos, frangos e pintos	29.500 cabeças
Caprinos	125 cabeças
Outros	
Vacas ordenhadas	7.990 cabeças
Leite de vaca	9.650 mil litros
Ovos de galinha	58 mil dúzias
Mel de abelha	3.631 kg

Fonte: IBGE (2003)

É necessário compreender que estes dados não retratam a produção real do município, pois são dados obtidos pela emissão de nota fiscal, ficando a produção comercializada informalmente sem registros na pesquisa do IBGE.

Mediante os dados apresentados foram entrevistados 15 produtores rurais nas áreas de fruticultura (banana, laranja, abacaxi), agroindústria (ricota, doces, queijo minas, mussarela, iogurte), horticultura (legumes e verduras), apicultura (mel, própolis), lavouras de feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar.

Na realidade do município existem dois tipos de situações: os produtores rurais que produzem para subsistência de suas famílias e comercializam apenas o excedente de produção e aqueles que possuem um plantio voltado para o abastecimento do comércio local e externo.

Em 2006 foram registrados no município de São João Evangelista 68 produtores rurais que participam efetivamente da feira livre municipal, evento que ocorre semanalmente aos domingos, e não foram constatados registros referentes ao número de pequenos produtores que produzem para a própria subsistência.

Grande parte das verduras, frutas e legumes consumidos pelos moradores da cidade são oriundas do CEASA-BH (Central de Abastecimento de Belo Horizonte).

Devido ao reduzido número de empresas e estabelecimentos comerciais de S.J.E., o desemprego tem aumentado e com isso o êxodo rural é constante; os jovens têm buscado os grandes centros brasileiros ou vão para o exterior em busca da melhoria da qualidade de vida. Geralmente, os produtores rurais que permanecem no campo, têm procurado atender as necessidades do mercado e garantir uma melhoria da qualidade dos serviços oferecidos no intuito de ampliar as possibilidades de mercado existente.

Todos os produtores rurais que participaram desta pesquisa possuem propriedades rurais próximas das escolas e possuem idade entre 27 e 65 anos.

Ao serem indagados sobre há quanto tempo trabalham com a atividade produtiva, as respostas variaram entre 3 a 10 anos. Inclusive três deles citaram

que mudaram recentemente de atividade. O comentário abaixo apresenta esta situação:

“Antes eu mexia com gado pra leite, vendia o leite e fazia o queijo aqui pra casa né? Então, como o preço do leite só ficava baixo, eu resolvi tentar outro negócio. Meu filho fez um curso do SENAR-MG sobre mussarela e viu que dava mais lucro e que é um bom negócio. Estou no novo ramo há quatro anos e estou achando bem melhor. Toda mussarela que faço vendo bem rápido; as coisas têm melhorado” (homem, 63 anos).

“Em 2003 eu comecei a plantar verduras, e aí tinha gente que só me desanimava. Diziam:

_ Você tá ficando doido, deixar de mexer com porco e passar a vender verduras é uma loucura!

Mas pra mim acho que as coisas melhoraram, pois vendo tudo o que levo pra feira no domingo. Meus filhos me ajudam a plantar e mesmo o lucro sendo pouco dá pra viver.”(mulher, 47 anos)

Ao serem perguntados sobre o significado de qualidade de vida, as respostas variavam:

“É manter minha família bem”.(mulher, 40 anos).

“Qualidade de vida significa ser feliz, ter saúde e paz!” (homem, 59 anos)

“Penso que é poder estudar meu filho, ou se estou errado, e vê todo mundo daqui de casa bem”.(homem, 59 anos).

“É ter paz, saúde, relacionamento, afetividade e condição financeira boa”.(homem, 40 anos).

Foi perguntado sobre a existência de uma relação entre a atividade exercida e a qualidade de vida alcançada; todos os entrevistados responderam que sim, que a atividade exercida tem influência direta na qualidade de vida alcançada e almejada. Ao responderem esta questão percebe-se uma certa satisfação quanto à realização da atividade.

Quanto à produção mensal dos entrevistados, foram obtidos os seguintes resultados, apresentados na TABELA 7.

TABELA 8 – Relação das produções dos produtores entrevistados

Produto	Quantidade
Barras de mussarela	300 kg
Mel	500 kg
Propólis	05 kg
Verduras e legumes	15000 kg
Feijão	10.000 kg
Banana prata	50.000 kg
Mandioca	20.000 kg
Laranja	30.000 kg
Inhame	5.000 kg
Milho	300 sacos

Ao serem perguntados sobre o Programa de Alimentação Escolar Municipal (PAE), todos os entrevistados responderam que conhecem um pouco sobre o assunto. Relataram que é um programa que oferece merenda as crianças e jovens estudantes das escolas; possui verba específica do governo federal para garantir este benefício.

Quanto ao interesse em comercializar o produto para a alimentação escolar, apenas um entrevistado respondeu que não têm interesse, uma vez que acredita que a compra estaria com os preços abaixo dos valores de mercado. Os demais mostraram bastante interessados, pois acreditam que possuem condições para se inserir neste mercado. Embora, apenas poucos tenham condição de emitir nota fiscal, eles estão dispostos a buscar mecanismos para que a comercialização ocorra legalmente.

Os depoimentos abaixo ilustram esta afirmação:

Acho sim, que há possibilidades de mercado para a merenda escolar. A meu ver, o crescimento da apicultura está no mercado interno. Deve-se buscar

uma consolidação interna para depois buscarmos o mercado externo. Pois, atualmente o mel é vendido mais nas cidades vizinhas do que em nosso município, e deveria ser o inverso. Quando o mel passar a ser visto como alimento, haverá toda uma mudança na concepção desse alimento para a merenda escolar. O mercado está aí, basta apenas fazer parcerias! Desde que hajam programas regionais entre as associações apícolas e as prefeituras, haverá viabilidade para a merenda escolar”. (homem, 40 anos)

“Estou tentando vender para a merenda escolar; mandioca, feijão e creio que vai dar certo, sim”.(homem, 37 anos)

“Faço queijo e crio porco pra engorda e quero um dia poder vender pra merenda. Meu filho já estudou numa escola do meio rural e sei como a merenda é importante. Ainda não ofereci meus produtos para a prefeitura”. (homem, 40 anos)

“É muito viável buscar a comercialização para a merenda escolar, pois são várias as vantagens: negócio fixo, pagamento em dia e contribuição para a questão social da merenda escolar”. (homem, 40 anos)

Ao serem indagados sobre a participação em associações ou cooperativas, um entrevistado respondeu que é associado, inclusive, atualmente é o presidente da APIS (Associação de Apicultores de São João Evangelista-MG), os demais não quiseram ainda associar-se, acham que não há vantagem em associarem-se.

Quanto às dificuldades que têm enfrentado para vender para a merenda escolar, oito produtores rurais citaram o problema principal que é a dificuldade de fornecimento de nota fiscal para comercialização. Pois, sem a emissão da nota não podem vender para a prefeitura, e, portanto não possuem canais de ampliação de mercado na merenda escolar.

“Pretendo vender verduras e milho para a merenda escolar, pois além de ser um alimento saudável e orgânico, posso contribuir para que nossas crianças alimentem de comidas típicas da nossa região. São costumes da nossa terra que precisamos manter, como, por exemplo, a pamonha que é um alimento gostoso, barato e acessível. Hoje em dia, eu já posso emitir nota fiscal, e vendo

meus produtos em Guanhães e num sacolão em Ipatinga e em São João eu vendo aqui na roça, isto quando alguém procura para comprar. Mas tenho vontade de vender pra merenda sim”.(homem, 47 anos)

Pelas entrevistas pode-se observar que os produtores locais sabem da importância da emissão das notas fiscais para o fornecimento de produtos para a merenda de forma regular e legal. Embora todos não tenham percebido que só através da organização em associações ou cooperativas registradas poderão estar aptos na emissão das devidas notas. Outra possibilidade de mercado é fazer uso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Paal), lançado em julho de 2003, Lei n. ° 10.696/2003 pelo Governo Federal com o objetivo de incentivar a produção dos pequenos agricultores. A proposta do Paal é garantir recursos para que os agricultores familiares comercializem sua safra por meio das compras dos produtos pelo Governo Federal, os quais serão utilizados em programas de segurança alimentar nos municípios. Este programa é uma das principais ações do Programa Fome Zero para incentivar os pequenos produtores locais.

Ainda, conforme a legislação é possível realizar a compra de alimentos perecíveis no valor de até R\$8 mil por mês, sem licitação, mas para isso será necessária a Criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o qual irá contribuir para assegurar a qualidade dos alimentos produzidos no município. Aí será possível comprar legumes, frutas e verduras no mercado da cidade ou na feira perto da escola. Durante a entrevista ficou claro que os entrevistados desconhecem tal programa governamental ou mesmo a legislação que permite a abertura do mercado da merenda escolar.

2.4 Percepção do programa de alimentação escolar pelos gestores do Programa Municipal de Alimentação Escolar

Ao serem indagados a respeito de pesquisa sobre aceitação da alimentação escolar foi respondido que não têm sido feitas pesquisas por iniciativa do município e geralmente o cardápio procura atender as recomendações e exigências legais.

Em relação ao abastecimento de produtos, a aquisição é feita mediante a apresentação de nota fiscal.

O cultivo da horta é coordenado atualmente pelo secretário da agricultura, o qual tem procurado aumentar a produção da horta municipal localizada na usina, com a finalidade de abastecer a alimentação escolar adequadamente, pois mesmo com a parceria existente entre a EAFSJE – MG para aquisição de hortaliças e legumes o abastecimento ainda não é suficiente. Existe por parte da secretaria da agricultura e da educação um interesse na abertura do mercado para os pequenos produtores uma vez que, após ter sido iniciada esta pesquisa foram viabilizadas ações de compra para a alimentação escolar. Inclusive um produtor rural passou a comercializar banana prata para a merenda escolar.

Quanto ao respeito aos hábitos alimentares locais, os gestores do programa acreditam que os mesmos são atendidos e que o baixo valor pago pela merenda não é suficiente para provocar alterações no cardápio atual.

Observa-se que os resultados obtidos neste estudo não indicam uma proposta de educação nutricional sistematizada e orientada pelos responsáveis pela merenda escolar. As ações ocorridas partem da iniciativa dos próprios professores, diretora da escola e cantineiras não ocorrendo em todas as escolas e geralmente são ações informais e às vezes são registradas. Inclusive é de conhecimento dos dirigentes a existência de “vendinhas” em algumas escolas sendo autorizado o seu funcionamento, apesar de relatarem sobre a preocupação de uma alimentação que preconize hábitos saudáveis.

Na ótica dos professores e servidores diretamente envolvidos com a merenda escolar, os fatores determinantes tanto da variedade quanto da frequência de alimentos servidos são: o custo mais acessível, a facilidade de obtenção de produtos da própria região e, por último, o tipo e quantidade de equipamentos disponíveis nas escolas.

Os cardápios da merenda escolar são definidos pela secretária de educação e técnico em Economia Doméstica, os mesmos são feitos baseados em recomendações legais sobre a alimentação escolar, e em experiências vivenciadas nos dia-dia das escolas.

É relatado que na merenda servida no meio rural, ocorre uma maior variedade de alimentos, em especial em relação a verduras e legumes

disponíveis nas próprias hortas escolares. Existe uma monotonia no cardápio, uma vez que o mesmo se repete durante todo o ano, sem sofrer alterações.

Conforme depoimento do técnico responsável pela merenda não são servidos alimentos assados, pois não existem fornos elétricos nas escolas, e o modo de preparo não sofre alteração ao longo do ano, pois acreditam que a merenda é apreciada pelas crianças.

A questão do baixo custo no planejamento do cardápio tem sido uma meta na atual administração, e segundo os dirigentes PAE municipal as compras ocorrem freqüentemente de forma legal, não ocorrendo qualquer ilegalidade. Os treinamentos oferecidos para as cantineiras são realizados por parceria entre a prefeitura e a Escola Agrotécnica Federal de S.J.E. e conforme comentário da secretária da educação estão em andamento algumas propostas de melhorias relacionadas às normas exigidas pelos manipuladores de alimentos, como por exemplo, aquisição de fardamento adequado para todas as cantineiras das escolas.

Quanto à necessidade de reuniões o técnico informa que sempre que possível reúne com as cantineiras e com o conselho de alimentação escolar, inclusive tem procurado atender as necessidades que surgem dentro do possível.

CONCLUSÕES GERAIS

Conclui-se que a análise da gestão da alimentação escolar do município de São João Evangelista – MG, envolve aspectos políticos, sociais e econômicos, os quais precisam ser avaliados junto à comunidade escolar.

Os resultados obtidos em relação à apreciação da merenda escolar pelas crianças das escolas mostram-se favoráveis, uma vez, que em geral o cardápio é apreciado, necessitando apenas de contemplar uma maior variedade de frutas, hortaliças e alimentos da própria cultura local.

Quanto ao cardápio escolar, apesar do mesmo atender as exigências legais mínimas de nutrientes, torna-se difícil uma avaliação nutricional da merenda, pois os alimentos apresentados no cardápio sofrem alterações devido à frequência de alguns alimentos disponíveis para algumas escolas. Um exemplo disso é a maior variedade de hortaliças nas escolas situadas na área rural, as quais possuem hortas que produzem com maior fartura durante o ano, ainda demonstra uma certa monotonia não só na escolha de tipos de alimentos, mas também das formas de preparo destes.

Embora a região apresente uma grande variedade de alimentos nutritivos, os mesmos não estão presentes no cardápio, necessitando incluí-los para uma valorização da cultura local e fortalecimento dos hábitos alimentares, em especial a inclusão de frutas e sucos naturais para o consumo. Esta inclusão ampliaria o mercado para os pequenos produtores rurais, os quais

poderiam vender seus produtos para a merenda escolar e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida, numa proposta de desenvolvimento sustentável.

Considerando a realidade socioeconômica das famílias das crianças das escolas pesquisadas faz-se necessário uma abordagem educativa e o desenvolvimento de projetos nutricionais que possam incentivar hábitos alimentares saudáveis, sendo necessário que os gestores do PAE municipal eliminem as “vendas” do espaço escolar.

A presente pesquisa apresentou a percepção dos produtores locais e as possibilidades de ampliação do mercado da alimentação escolar pelo poder público, e existe na atualidade uma vontade política de ampliação deste mercado, necessitando, porém de projetos que viabilizem tais ações. Durante esta dissertação pude pesquisar que na região têm sido desenvolvidos projetos relacionados à ampliação dos mercados da merenda escolar, por exemplo, o projeto do Movimento de Desenvolvimento Sustentável (MDS) realizado pela EMATER de Braúnas, que tem possibilitado a compra de alimentos pelos pequenos produtores locais para abastecimento da merenda escolar municipal, através de verba específica do projeto.

Percebe-se que a gestão municipal de São João Evangelista está preocupada com a melhoria da qualidade da alimentação escolar, porém necessita fortalecer alguns elos entre as ações da Secretaria de Educação e a Secretaria de Agricultura para que ocorram ações conjuntas tendentes ao fomento do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto é importante relatar que durante as pesquisas algumas ações foram desenvolvidas no sentido de oportunizar a comercialização de frutas por produtores rurais da localidade. Exemplo disso tem sido a compra da banana prata, visto que o alimento é bastante apreciado pelas crianças.

RECOMENDAÇÕES DE TEMAS PARA PESQUISAS FUTURAS

A presente pesquisa não se esgota, procura apenas responder as questões do tema proposto. Sugere-se, dessa forma, que outros estudos sejam efetuados, a fim de complementarem os resultados obtidos neste trabalho, tais como:

- O estudo dos alimentos regionais e sua avaliação nutricional
- A relação entre a alimentação oferecida pela escola e o rendimento escolar dos alunos
- O estudo do programa municipal de desenvolvimento sustentável.
- A educação alimentar no contexto educacional.

BIBLIOGRAFIA

ALAIN TOURAINE, **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1995, p.392.

ANDERSON *et.al.* **Nutrição**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

ANGELIS, R. C. de. **Fome Oculta: Impacto para a População no Brasil**. São Paulo: Atheneu, 2001.

ARAÚJO, R. L. **Situação Alimentar e Nutricional do Brasil**.. Brasília, 2000, 203 p.

ARAÚJO, W. **Alimentos, Nutrição, Gastronomia e Qualidade de Vida**. Revista *Nutrição em Pauta*. V.8, n.43, jul./ago. 2000.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1999. P.245-322.

BARCELOS, Maria de Fátima Píccolo. **Fundamentos básicos em nutrição humana**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999.

Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte. **Manual da Política Pública de Abastecimento e Segurança Alimentar**. Belo Horizonte, 1995.

BENEVENUTO, Mônica Aparecida Del Rio. **Dieta alimentar e visão de mundo: um estudo sobre o saber acadêmico da nutrição e sobre a realidade alimentar de uma comunidade rural de Paracambi – Rio de Janeiro**, 1993.225 p. Tese (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BLEIL, S. I. **O padrão alimentar ocidental: Considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil**. Cadernos de Debate, v.6 , p.1-25,1998

_____. **O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil.** Cadernos de Debate, v.6, p.1 – 25, 1988.

BLOM – HOFFMAN, J.KELLEHER, C; POWER, T.J.; LEFF,S.S. **Promoting healthy food consumption among young children:** Journal of School Psychology, Columbus,v.42,2004.

BRAGA, F. F., ALVARENGA, S. C. **Consumo Alimentar da População Urbana de Viçosa, Minas Gerais.** Revista Ceres, v.21, nº 117, 1974.

_____, Leis, Decretos. Decreto nº 5.829 de 30/11/1972: Criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição- INAM, Brasília, 1972.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de alimentação e Nutrição.** 2.ed. ver. Brasília, 2003.

_____. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Controle de Qualidade e Planejamento de Cardápios.** Brasília, 2001.

_____.Fundação Nacional de Desenvolvimento Escolar. **Manual do Conselho Escolar.** Brasília, 1999.

_____.Ministério da Saúde. Normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Padrões de Identidade e Qualidade de Alimentos.** Disponível em :<http://www.anvisa.gov.br>: 20/04/05, 15:30 h.

_____.Normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação referentes ao **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>: 02/04/05, 14:00h.

BURTON, Benjamin. **Nutrição humana.** São Paulo: Ed. Guanabara, 1979.

CALIL, R., AGUIAR, J. **Nutrição e administração nos serviços de alimentação escolar.** São Paulo. Editora Marco Markovitchi, 1999.

CAMARGO, Aspásia, CAPOBIANCO, João Paulo R, OLIVEIRA, José Antônio Puppim (Org.) **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92.** Ed. Estação Liberdade Ltda. Rio de Janeiro. 2002. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação.** Rio de Janeiro, 1998.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** São Paulo, Editora Brasiliense,reedição, 2002.

_____, Josué de. **Geografia da fome-O dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, reedição , 2002, p.34, 272.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável.** São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.

CLAUDEDE FISCHLER, L' **hamniivore**. Paris, Editions Odile jacob, 1993, p.155.

CONCEIÇÃO, José Augusto Nigro. **Saúde Escolar: A criança, a vida e a escola**. São Paulo, Sarvier, 1994.

CONTRERAS JÉSUS. **"Perspectivas Antropológicas sobre la Dieta**, op. Cit.1992

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. , 1980, 291 p.

DANELON, M. S. **Segurança alimentar em áreas de preparo e consumo de alimentos**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ USP, 2004. 70 p.

DANIELS, S. R.; ARNETT, D. K.; ECKEL, R. H.; GIDDING, S. S.; HAYMAN, L. L.; KUMANYIKA, S.; ROBINSON, T. N.; SCOTT, B. J.; JEOR, S. S.; WILLIAMS, C. L. **Overweight in children and adolescents. Pathophysiology, consequences, prevention, and treatment**. Circulation, New York, v.111, n. 15, 2005.

DAVANÇO, G.M.; TADDEI , J.C.; GAGLIANONE, C. P. **Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de educação nutricional**. Revista de Nutrição, Campinas, v.17,n.2,p.177-184, abr/jun.2004.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003, 144 p.

EVANGELISTA, José. **Alimentos - Um estudo abrangente**. São Paulo: Atheneu Editora, 1992, p. 3-17.

FERREIRA, H. S. **Avaliação da Qualidade de Macarrão e Arroz**. Higiene Alimentar. Curitiba, v.11, n° 76, set, 1986.

FRANCO, Augusto de. **Por Que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?** Brasília, Instituto de Política, 2000.

FRANCO, G. **Tabela de Composição Química dos Alimentos**. 10° ed. Rio de Janeiro, Ed. Atheneu, 2000. 230p.

FROZI, D. S. GALEAZZI, M. A. M. **Políticas Públicas de Alimentação no Brasil: uma Revisão Fundamentada nos Conceitos de Bem Estar Social e de Segurança Alimentar e Nutricional**. Cadernos de Debates, Campinas, SP, p. 58-83, dez, 2004.

GALEAZZI, M. A. M. **A Segurança Alimentar e os Problemas Estruturais de Acesso**. Campinas / SP. Mercado das letras. 352 p. 1998.

GIL, A. C. **Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, E.L.C. **Nutrição, saúde e comunidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 1999, 247 p.

HORTA, Nina. **Vamos Comer: da viagem das merendeiras, crônicas e conversas**, FNDE, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. **Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição: PNSN**, 1989. Brasília: INAN, 1990 a.

_____. **Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONANII)**. Brasília, 1976.

ITACARAMBI, Paulo Augusto Oliveira. **Programa Municipal de alimentação e Desenvolvimento Rural. Breve análise de seus resultados**. São Paulo: CEPAM, novembro de 1986.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume Editora, 1999.

KRAUSE, M.V. e MAHAN, L.K. **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 7º ed. São Paulo, Ed. Roca, 1985.

LEFF, Henrique. **Ecologia, Capital e Cultura racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau. Ed. Da FURB, 2000.

MALUF, R. S. **O novo Contexto Internacional do Abastecimento e da Segurança Alimentar**. Campinas / SP. IE/ UNICAMP, 2000.

MASSOL, M. **A Nutriprevenção**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MEAD e GTHE. **Manual for the Study of Food Habits**, p.130,1945.

MENEZES, Francisco. **Panorama atual da Segurança Alimentar no Brasil**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Rio de Janeiro, 1988.

MONTANÃ, Miguel Medeiros. **Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Porto Alegre, RS. Setembro, 2003.

NOGUEIRA, **Pesquisa Social introdução às suas técnicas**. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 209 p.1964.

OLIVEIRA, J. E. D. de **Ciências Nutricionais**. São Paulo: Sarvier, 1998.

OLIVEIRA, J. E. de; MARCHINI, J. S. **Ciências nutricionais**. São Paulo: Sarvier, 1988. 403 p.

_____. **Nutrição Básica.** São Paulo, Sarvier, 1982.

_____. **Ciências nutricionais.** São Paulo: SARVIER, 1998. 403 p.

PEGOLO, G. E. **Condicionantes do estado nutricional de escolares da rede pública de ensino em município com agricultura familiar.** São Paulo, 2005. 184 p. Tese (Mestrado) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

PESSANHA, L.D.R. **Experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento – breve histórico.** Cadernos de Debates, Campinas, SP, v. XI p.1-37, dez. 2004.

PÔNCIO, Maria das Graças. **Treinamento Específico para Manipulação na Área de Alimentos.** Belo Horizonte, 2003, 125 p.

PROENÇA, C. R. **Desafios Contemporâneos com Relação a Alimentação Humana.** Revista Nutrição em Pauta, São Paulo, v. 10. n. 52, p. 32-36, jan./ fev. 2002.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil.** São Paulo: Fundação Djalma Guimarães, 2001.

RIBEIRO, Eloíse Santucci. **Energia e Nutrientes na, Dieta de Escolares: contrastes entre municípios brasileiros.** São Paulo, 2005. 100 p. tese (Mestrado) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP.

SÁ, Neide Gaudenci de. **Nutrição e Dietética.** São Paulo: Nobel, 1987.

SALGADO, Jocelyne Mastrodi. **A Alimentação que Previne Doenças: Do Pré-escolar à Adolescência.** São Paulo: Madras Editora, 2004.

SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH, COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** Trad. Dante Moreira Leite. 1971. Editora Herder. São Paulo, 687p.

SENA, Elizete Soares de. **Um, dois, feijão com arroz!... a merenda escolar e o aprimoramento dos hábitos alimentares: um estudo de caso.** Paula Cândido, MG, Viçosa, UFV, 2001.

SGARBIERI, Valdemiro C. **Alimentação: fator de saúde e desenvolvimento.**

SILVA E MENEZES. **Segurança Alimentar: Um conceito em disputa e construção – IABASE,** Rio de Janeiro 2001, 23 p.

SILVA, M. V da. **Alimentação na escola como forma de atender às recomendações nutricionais de alunos dos centros integrados de educação pública (CIEPS)** Cadernos de saúde Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.171 –180, 1998.

_____. **A Trajetória do Programa de Merenda Escolar no Brasil.** Oikos, Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 9, nº 1, 1995.

SOTHERN, M. S. **Obsity, prevention in children: physical activity and nutrition.** Nutrition, London, v.20, n. 7-8,p.704 -708,jul/Aug.2004.

TAGLE, M. A. **Nutrição.** São Paulo: Artes Médicas, 1981.

TREVISAN, A.M. *et al.* **O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil.**São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação: Desafios e Conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Fome e Desnutrição: Determinantes Sociais.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997, 107 p.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AS CANTINEIRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Nome:

Escola:

- 1- Como você avalia a aceitação da merenda pelas crianças de sua escola?
- 2- É oferecido treinamento ou capacitação para você no que se refere à alimentação escolar?
- 3- Quais os alimentos servidos na merenda escolar que as crianças mais gostam?
- 4- Quais os alimentos servidos na merenda escolar que as crianças menos gostam?
- 5- O cardápio da escola está de acordo com a realidade dos hábitos alimentares das crianças? Explique.
- 6- Existe algum problema com relação a merenda escolar que você gostaria de comentar?
- 7- Quais as sugestões que você pode dar para a gestão da alimentação escolar do município?
- 8- Qual a importância da merenda para você?
- 9- Existem reuniões com as cantineiras e os responsáveis pela merenda, no sentido de avaliarem o programa e de discutirem propostas que possam contribuir para a melhoria da alimentação servida?
- 10- Você acha possível o abastecimento de alguns produtos da merenda ser feito pelos produtores locais, gerando melhoria de renda e desenvolvimento local? Em caso afirmativo, dê sua opinião sobre ações que possam ser implantadas nesse sentido.

- 11-Comente sobre as atividades que você exerce durante o dia na cantina da escola em que trabalha.
- 12-Existe algum(s) alimento (s) que você utiliza na merenda que não são oferecidos pela prefeitura? Em caso positivo, cite-os e explique como são adquiridos.
- 13-Qual a sua opinião sobre a relevância desse trabalho para a merenda escolar municipal?
- 14-Sugestões que julgar necessária:

Suas falas e comentários serão muito importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada!

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO EVANGELISTA-MG.

Nome:

Idade:

Atividade de produção:

Local onde a atividade é exercida:

Há quanto tempo você trabalha com essa atividade produtiva?

O que significa qualidade de vida para você?

Existe alguma relação entre a atividade que você exerce e sua qualidade de vida? Explique.

Você considera sua atividade importante para sua cidade?

Qual a produção mensal:

Você conhece sobre o programa municipal de merenda escolar?

Você teria interesse em comercializar seu produto para a merenda escolar municipal?

Caso sua resposta acima tenha sido positiva, quais seriam as vantagens desta comercialização?

Você é associado a alguma cooperativa ou associação?

Qual a sugestão que você daria para que o produtor rural pudesse se inserir no mercado de trabalho de São João Evangelista?

Agradeço sua colaboração ao responder estas perguntas. Esta entrevista faz parte de um projeto de mestrado que tem por objetivo avaliar a gestão do programa de alimentação escolar do município de São João Evangelista-MG e buscar alternativas de inserção dos produtores rurais no mercado da merenda escolar, na busca de uma alimentação saudável, regionalizada e fortalecedora dos hábitos alimentares locais.

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DE SÃO JOÃO EVANGELISTA

ASSUNTO: MERENDA ESCOLAR

NOME DO ALUNO:-----

ESCOLA:-----

IDADE:-----

SÉRIE:-----

1. Marque com x os alimentos que você gosta que sejam servidos na merenda de sua escola?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> farofa de arroz com ovos e cenoura | <input type="checkbox"/> sopa de macarrão |
| <input type="checkbox"/> tutu de feijão | <input type="checkbox"/> arroz com frango |
| <input type="checkbox"/> arroz doce | <input type="checkbox"/> arroz simples |
| <input type="checkbox"/> canjiquinha com carne de boi | <input type="checkbox"/> feijão inteiro |
| <input type="checkbox"/> salada | <input type="checkbox"/> feijão tropeiro |

2. Marque com um x os alimentos que você não gosta que sejam servidos na merenda escolar?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> farofa de arroz com ovos e cenoura | <input type="checkbox"/> sopa de macarrão |
| <input type="checkbox"/> tutu de feijão | <input type="checkbox"/> arroz com frango |
| <input type="checkbox"/> arroz doce | <input type="checkbox"/> arroz simples |
| <input type="checkbox"/> canjiquinha com carne de boi | <input type="checkbox"/> feijão inteiro |
| <input type="checkbox"/> salada | |
| <input type="checkbox"/> feijão tropeiro | |

3. Como você avalia a merenda escolar de sua escola:

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> ótima | <input type="checkbox"/> boa |
| <input type="checkbox"/> regular | <input type="checkbox"/> ruim |

4. Por quê?

5. Quais os alimentos que você consome no seu dia-a-dia e que gostaria que existissem na merenda escolar?

6. Qual a importância da merenda para você?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA AOS RESPONSÁVEIS PELA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO EVANGELISTA -
MG.**

- 1) Qual a composição do cardápio da alimentação escolar?
- 2) Quantas escolas municipais possuem o programa de alimentação escolar e quais são elas?
- 3) Como é realizado o sistema de compras de alimentos para a alimentação escolar?
- 4) Existem parcerias do município com instituições e/ou sociedade para complementação dos recursos do Programa? Caso existam, explique sobre estas parcerias.
- 5) A prefeitura desenvolve junto com a comunidade escolar algum projeto relacionado à alimentação escolar?
- 6) Descreva a realidade sócio-econômica das famílias que pertencem à comunidade escolar municipal, e comente sobre a importância da alimentação escolar neste contexto.
- 7) Apresente algumas ações desenvolvidas pela gestão da alimentação escolar dentro do município.
- 8) Existe participação das associações de pequenos produtores rurais no programa de alimentação escolar do município? Em caso negativo, quais têm sido as dificuldades desta interação?
- 9) Qual a avaliação que você faz da atual administração da alimentação escolar do município?
- 10) Na sua opinião, qual a relevância desta pesquisa para a sociedade e para o município em geral?